



UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS UFGD

FACULDADE DE DIREITO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS-FADIR

BRUNA FIALI COSTA

COLONIALIDADE E ORGANIZAÇÕES GOVERNAMENTAIS: uma análise comparativa sobre editais de financiamentos para as dimensões de desenvolvimento e combate à pobreza, entre os anos de 2013 a 2015.

DOURADOS

2017

BRUNA FIALI COSTA

COLONIALIDADE E ORGANIZAÇÕES GOVERNAMENTAIS: uma análise comparativa sobre editais de financiamentos para as dimensões de desenvolvimento e combate à pobreza, entre os anos de 2013 a 2015.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Examinadora da Universidade Federal da Grande Dourados, como pré-requisito para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Professor Doutor João Nackle Urt.

DOURADOS

2017

Reprodução parcial permitida desde que citada à fonte.

C838c Costa, Bruna Fiali.

COLONIALIDADE E ORGANIZAÇÕES GOVERNAMENTAIS: uma análise comparativa sobre editais de financiamentos para as dimensões de desenvolvimento e combate à pobreza, entre os anos d 2013 a 2015 / Bruna Fiali Costa – Dourados: UFGD, 2017.

72f. :il.; 30cm.

Orientador: João Nackle Urt

TCC (Graduação em Relações Internacional) – Faculdade de Direito e Relações Internacionais, Universidade Federal da Grande Dourados.

Inclui bibliografia

1. Desenvolvimento.
 2. Eurocentrismo.
 3. Colonialidade.
 4. Perspectiva decolonial.
 5. Combate à pobreza.
-



ATA DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos vinte e dois dias -mês de março de 2017, compareceu para defesa pública do Trabalho de Conclusão de Curso, requisito obrigatório para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais o (a) aluno (a) **Bruna Fiali Costa** tendo como título "*Colonialidade e Organizações Governamentais: Uma Análise Comparativa Sobre Editais de Financiamento para Dimensões de Desenvolvimento e Combate à Pobreza Entre os Anos de 2013 a 2015*".

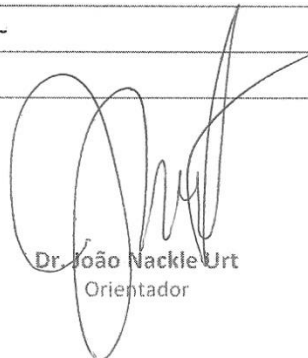
Constituíram a Banca Examinadora os professores Dr. João Nackle Urt (orientador), Dr. Matheus de Carvalho Hernandez (examinador) e o Me. Renata Barreto Preturlan (examinador).

Após a apresentação e as observações dos membros da banca avaliadora, o trabalho foi considerado (a) APROVADA.

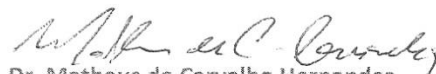
Por nada mais terem a declarar, assinam a presente Ata.

Observações: _____

Assinaturas:



Dr. João Nackle Urt
Orientador



Dr. Matheus de Carvalho Hernandez
Examinador



Me. Renata Barreto Preturlan
Examinador

Dedico este trabalho aos meus amados pais, os
proporcionadores da realização deste sonho.

AGRADECIMENTOS

É um pouco difícil formular os agradecimentos, são tantas pessoas que eu gostaria de agradecer, pois cada pessoa que passou pela minha jornada acadêmica contribuiu de alguma forma e me proporcionou ensinamentos.

Quero começar agradecendo aos meus queridos e amados pais, que sem a ajuda deles, esse caminho acadêmico teria sido muito complicado e talvez eu não estivesse aqui, concluindo minha graduação. Muito obrigado pai e mãe, por me apoiarem em todas as decisões e escolhas; por aguentarem a distância, a saudade e tudo mais que vem no pacote da vida longe de vocês. Vocês são a luz que me guia... Amo vocês!

Também aos meus familiares que me ajudaram da maneira que puderam nessa caminhada. Aos meus irmãos Lucas e Mateus, que sempre se orgulharam das minhas escolhas e que abriram mão de algumas coisas para que eu pudesse ter a melhor experiência na faculdade.

Aos amigos, Taedes, Danilo, Ingrid, Erick, Francielle, Jorge e Chrissy (as neys), quanta história, emoção, alegria e sinceridade nesses quatro anos. Todos são amigos que levarei no coração pra onde for. Aos primeiros amigos da faculdade Thais e Vítor, mesmo do jeito quieto de vocês, acabaram combinando com a minha loucura, obrigado pelo carinho.

Um agradecimento em especial para meus amigos e irmãos... Vinícius, Bruna e Franklin. Essas três pessoas maravilhosas, que me apoiaram e ajudaram em todos os momentos. Cada um com sua luz e modo de ser... Acolheram-me, me deram conselhos, me inspiraram e me fizeram ver a vida de forma diferente. Vocês são minha família especial, minha família douradense. Amo demais vocês!

As pessoas que foram essenciais na construção deste trabalho... Renata, João e Tchella. Cada um com uma contribuição especial. Renata que ajudou a organizar as primeiras ideias para montar o trabalho, elas foram fundamentais para o começo da construção do mesmo. Tchella, professora incrível, que marcou minha graduação com suas aulas fantásticas e com sua amizade. Para além da sala de aula, conseguiu por em ordem meu emaranhado de ideias. E por fim, João, que com muita paciência me ajudou a manter a ansiedade no lugar e a por as ideias no papel. Essas pessoas permitiram a construção e conclusão deste trabalho... Expresso aqui meu carinho e admiração por vocês. Mais uma vez, Obrigada!

Mencionei apenas algumas pessoas, mas agradeço a todos que contribuíram de alguma forma... Escutando minhas reclamações, minha ansiedade, aguentando meu mau humor. De coração, sou grata a cada um de vocês.

“A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar.”

Eduardo Galeano.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar as concepções de desenvolvimento e combate à pobreza, as mudanças ocorridas a partir do pós-segunda guerra, bem como suas origens e pressupostos eurocêntricos. Com o intuito de demonstrar a influência desse eurocentrismo na atualidade, o trabalho vai abordar quais são os mecanismos que contribuem para que posturas eurocêntricas e colonialistas se propaguem na contemporaneidade. Para verificar esses pontos, o estudo analisa editais de financiamento para o desenvolvimento e o combate à pobreza provenientes de sete Estados, mais a União Europeia, são eles: Alemanha, Austrália, Brasil, Canadá, Estados Unidos, Japão e Reino Unido, todos, com exceção do Brasil, são considerados países desenvolvidos. Os editais do Brasil foram incluídos na pesquisa, porque este é o lugar de onde se fala e o local onde foi realizada a pesquisa. Para averiguar se existem posturas colonialistas nesses editais, utiliza-se a abordagem decolonial, buscando evidenciar tais padrões de comportamento político na contemporaneidade. Ao final, busca-se apresentar caminhos para a cooperação internacional, alternativos ao modelo ocidental dominante.

Palavras-Chave: 1. Desenvolvimento. 2. Eurocentrismo. 3. Colonialidade. 4. Perspectiva decolonial. 5. Combate à pobreza.

ABSTRACT

The present work aims to present the conceptions of development and the fight against poverty, the changes that have occurred since the post-Second War, as well as its origins and Eurocentric assumption. In order to demonstrate the influence of this Eurocentrism nowadays, the work will approach the mechanisms that contribute to Eurocentric and colonialist attitudes in contemporary times. In order to verify these points, the study analyzes financing announcements for the development and fight against poverty from seven States, plus the European Union, are they: Germany, Australia, Brazil, Canada, the United States, Japan and the United Kingdom, all, with the exception of Brazil, are considered developed countries. The edicts of Brazil were included in the research, because this is where we speak and the place where the research was carried out. In order to find out if there are colonialist positions in these edicts, the decolonial approach is used to highlight such patterns of political behavior in the contemporary world. In the end, we seek to present alternative ways of international cooperation to the dominant Western model.

Keywords: 1. Development. 2. Combating Poverty. 3. Coloniality. 4. Eurocentrism. 6. Decolonial perspective.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Síntese dos principais acontecimentos ocorridos na história da Ajuda para o desenvolvimento	28
Tabela 2	Lista dos membros da Comissão de Ajuda para o Desenvolvimento	30
Tabela 3	Lista dos países receptores do financiamento do CAD	31
Tabela 4	Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)	33

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Sequência histórica do mundo Grego à Europa Moderna	37
Figura 2	Culturas em contato no final do século XV	37
Figura 3	Estrutura centro-periferia do sistema mundial	38

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Resumo dos editais da Alemanha	50
Quadro 2	Resumo dos editais da Austrália	51
Quadro 3	Resumo dos editais do Brasil	51
Quadro 4	Resumo dos editais do Canadá	52
Quadro 5	Resumo dos editais dos Estados Unidos	53
Quadro 6	Resumo dos editais do Japão	53
Quadro 7	Resumo dos editais do Reino Unido	54
Quadro 8	Resumo dos editais da União Europeia	54

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BIRD	Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
CAD	Comissão de Ajuda para o Desenvolvimento
FAO	Food and Agriculture Organization
FMI	Fundo Monetário Internacional
GATT	Acordo Geral de Tarifas e Comércio
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IPH	Índice de Pobreza humana
NEI	Novos Estados Independentes
NU	Nações Unidas
OCDE	Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OECE	Organização Europeia de Cooperação Econômica
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONG	Organização não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PECO	Países da Europa Central e Oriental
PIB	Produto Interno Bruto
PMA	Países Menos Avançados
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRE	Países de Rendimento Elevados
PFR	Países de Fraco Rendimento
PRITI	Países de Rendimento Intermediário da Tranche Inferior
PRITIS	Países de Rendimento Intermediário da Tranche Superior
RI	Relações Internacionais
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1 – RELAÇÕES INTERNACIONAIS E A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO E O COMBATE À POBREZA	17
1.1 A IDEIA DE DESENVOLVIMENTO	17
1.2 REFLEXÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO	20
1.3 DESENVOLVIMENTO E O COMBATE À POBREZA	24
1.4 COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO	25
1.5 AS POLÍTICAS ATUAIS DA COOPERAÇÃO	29
CAPÍTULO 2 – MODERNIDADE, COLONIALIDADE E EUROCENTRISMO ...	36
2.1 EUROPA E EUROCENTRISMO	36
2.2 MODERNIDADE E O MODELO DESENVOLVIMENTISTA	40
2.3 COLONIALIDADE DO SER, DO SABER E DO PODER	46
CAPÍTULO 3 – ANÁLISE DOS EDITAIS PARA O DESENVOLVIMENTO E O COMBATE À POBREZA	49
3.1. QUADROS E AS PRIORIDADES DOS EDITAIS	50
3.2 ANÁLISE	55
4. CONCLUSÃO	58
REFERÊNCIAS	60
APÊNDICES	64
APÊNDICE A – Links dos editais da Alemanha	65
APÊNDICE B – Links dos editais da Austrália	66

APÊNDICE C – Links dos editais do Brasil	67
APÊNDICE D – Links dos editais do Canadá.....	68
APÊNDICE E – Links dos editais dos Estados Unidos	69
APÊNDICE F – Links dos editais do Japão	70
APÊNDICE G – Links dos editais do Reino Unido.....	71
APÊNDICE H – Links dos editais da União Europeia	72

INTRODUÇÃO

Os Estados do terceiro mundo e/ou periféricos e os povos não europeus vivem hoje sobre um regime da “colonialidade global” (GROSFOGUEL, 2008). De acordo com a assertiva as relações de colonialidade nas dimensões políticas e econômicas não desapareceram com o fim do colonialismo. Com o fim das administrações coloniais iniciou-se a vida no mundo pós-colonial. Atualmente observamos a passagem do colonial moderno para a colonialidade global (CASTRO-GÓMEZ; GROSFOGUEL, 2007).

A colonialidade na atuação das organizações governamentais não será relacionada ao mesmo termo de colonialidade do século XVI sobre a formação e administração de colônias, mas sim, em ressaltar meios que podem influenciar ou construir padrões de comportamento e racionalidade, baseando-se no interior do cânone ocidental. Ou seja, meios que podem subalternizar as múltiplas dimensões da vida social. A colonialidade na atuação das organizações governamentais internacionais será analisada através dos editais de financiamentos para projetos de desenvolvimento e o combate à pobreza, entre os anos de 2013 a 2015, destinados em sua maioria a países subdesenvolvidos.

Estudar a colonialidade no mundo contemporâneo possui enorme relevância nas Relações Internacionais (RI). De acordo com Quijano (2007) a colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial de poder capitalista. O capitalismo aqui tratado não se refere exclusivamente ao modelo econômico de poder, mas uma estrutura de poder muito mais ampla e vasta, já que não é só através da economia que se organiza a população mundial, mas essa organização se dá por meio da ideia de raça, de acordo com uma ordem hierárquica dos povos superiores para os inferiores, que passa a ser um princípio organizador (GROSFOGUEL, 2008).

Atualmente, nos deparamos com posturas que reforçam os padrões coloniais e que se propagam por diversos meios. Uma forma que será abordada neste trabalho está relacionada aos editais de financiamentos para projetos de desenvolvimento e combate à pobreza, publicados pelos principais países financiadores, entre os anos de 2013 a 2015. Diante disto, o presente trabalho analisará os dezesseis editais que são provenientes de oito organizações governamentais internacionais, são elas: Alemanha, Austrália, Brasil, Canadá, Comissão Europeia, Estados Unidos, Japão e Reino Unido.

Para tal estudo, o trabalho está dividido em três partes. A primeira abordará o processo histórico da construção da concepção do desenvolvimento, desde o pós-segunda guerra. Apresentando as bases norteadoras do desenvolvimento, que passou pela crença do crescimento pelo viés econômico, de acordo com a literatura das Relações Internacionais, desde a Segunda Guerra Mundial a visão dominante foi como sinônimo de crescimento econômico. Chegando até as abordagens contemporâneas, com a ideia de desenvolvimento do bem-estar social e desenvolvimento humano. Feita a incursão sobre a concepção do desenvolvimento, serão apresentadas os mecanismos que regem o sistema internacional para o desenvolvimento, através da cooperação internacional. Apresentando as premissas básicas desde o pós-segunda guerra, até a contemporaneidade.

A segunda parte apresentará a teoria decolonial, que ajudará na compreensão dos impactos gerados pela propagação da postura colonialista e o modelo desenvolvimentista. Para tal, serão discutidos três pilares: Modernidade, Colonialidade e Eurocentrismo, e através dos mesmos vai-se buscar compreender algumas das falácias do modelo desenvolvimentista da modernidade, por meio do aprofundamento sobre o entendimento da formação do discurso desenvolvimentista. A compreensão dos três pilares ajudará entender como essas posturas colonialistas se propagam e que os editais de financiamentos são apenas mais um meio possível de difusão da base de influência eurocêntrica, sobre as dimensões de desenvolvimento e o combate à pobreza.

A terceira e última parte da discussão, apresentará os dezesseis editais, como também realizará a análise dos mesmos. O intuito desta análise é demonstrar o que cada Estado prioriza nos projetos como meio de alcançar ou promover o desenvolvimento e o combate à pobreza. Desta forma, com base nos capítulos anteriores, buscará compreender como o modelo eurocêntrico de desenvolvimento se instala nos mecanismos de cooperação, e as formas de propagação da colonialidade: do ser, do saber e do poder.

Devido à notável relevância do tema e os trabalhos existentes destacam apenas países ou organizações específicas que abordam o desenvolvimento e o combate à pobreza. O trabalho contribuirá na apresentação da cooperação internacional para o desenvolvimento e o combate à pobreza através dos editais de financiamento, e procurará demonstrar a continuidade de outras formas de dominação e controle após o fim das administrações coloniais. A ilusão de uma descolonização do mundo acabou contribuindo para a invisibilidade da colonialidade no presente (GROSFOGUEL, 2008).

CAPÍTULO 1 – RELAÇÕES INTERNACIONAIS E A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO E O COMBATE À POBREZA

O intuito deste capítulo é inserir o tema do trabalho no campo de estudos das Relações Internacionais (RI), demonstrando as bases norteadoras da pesquisa realizada. Desta maneira, apresentar o surgimento da ideia de desenvolvimento, a evolução histórica do conceito de desenvolvimento e, por fim, abordar de forma geral a história da cooperação internacional para o desenvolvimento e o combate à pobreza servirão como base para o andamento de todo o trabalho.

Esses pontos se dividem em seções, que ajudaram a compreender os elementos que eram levados em consideração na avaliação de um Estado desenvolvido e atualmente quais são os critérios de avaliação realizados para classificar um Estado desenvolvido ou não.

1.1 A IDEIA DE DESENVOLVIMENTO

O termo desenvolvimento não é de fácil definição, apesar de ser utilizado entre diferentes grupos, dos espaços acadêmicos aos tomadores de decisão, do ambiente público ao privado (MASO, 2011). Todos abordam o termo para expressar¹ crescimento social, político como também se refere a um processo, momento, a passagem de um estágio inferior para uma qualificação melhor, maior ou superior. Isso ocorre por conta das constantes modificações que sofreu em um curto espaço de tempo (SÁNCHEZ, 2002), logo “a polissemia do conceito está relacionada à sua forma de amoldar-se a diversos e numerosos interesses e intenções, com diversas conotações” (PERÁFAN, 2007, p. 37). Nesse sentido, o desenvolvimento não possui uma definição precisa.

No entanto, “*Cuando escuchamos la frase mundo desarrollado, es probable que la identifiquemos con el tipo de vida que, la presión ideológica y los medios de comunicación, asocian con los países del Norte*” (SÁNCHEZ, 2002, p. 48). Muito se associou o desenvolvimento baseado no consumo, poder financeiro para adquirir bens, como carros,

¹ Desenvolvimento é definido no dicionário Aurélio como: “1- Ato ou efeito de se desenvolver; 2 – Aumento, progresso; 3- Ampliação; 4- Explicação; 5- Minuciosidade; 6- Incremento; 7- Propagação”. Dicionário de Português (AURÉLIO). Disponível em: <https://dicionariodoaurelio.com/desenvolvimento> acesso em dezembro, 2016.

casas, equipamentos ditos “de última geração” e etc.; reflexo da crença de que consumo gera bem estar. Outra ideia que teve forte associação ao desenvolvimento foi o conceito de modernidade². A modernização do Estado seria a emancipação da humanidade para um novo desenvolvimento do ser humano (DUSSEL, 2005), um processo de substituição das estruturas atrasadas ou arcaicas de organização da sociedade, do meio rural pela urbanização e industrialização.

As bases norteadoras que relacionam o desenvolvimento ao crescimento econômico possuem raízes históricas, de acordo com a literatura introdutória das RI: “*since the Second War the dominant view favoured by the majority of governments and multilateral agencies, has seen development as synonymous with economic growth*” (THOMAS C.; EVANS T, 2011, p. 463). Diante disto, ao fim da segunda guerra, a ideia de desenvolvimento começou a ser estudada com entusiasmo. Com a rápida recuperação dos países devastados pela mesma, sobre tudo Alemanha, Japão, França e Grã-Bretanha, que arcaram sua reconstrução por meio da grande ajuda internacional³ (SÁNCHEZ, 2002), acreditou-se que atingir o desenvolvimento e /ou progresso seria algo fácil de alcançar. O desenvolvimento seria resultado do crescimento econômico, tornando o campo de estudo mais vasto. Desta forma, os estudos sobre o desenvolvimento receberam fortes influências econômicas, principalmente do pensamento econômico dos autores Adam Smith⁴ e John M Keynes⁵, do século XX.

Para além da recuperação dos Estados devastados, desse momento em diante surgiram novos países independentes, resultado do processo de descolonização das ex-colônias na Ásia e África (SÁNCHEZ, 2002). Da passagem das ex-colônias para os novos Estados independentes, “*sus nuevos gobernantes aspiraban al desarrollo como una forma de reafirmación nacional*” (SÁNCHEZ, 2002, p.49); dessa forma, exprimiou-se a ideia de que esses novos países pudessem atingir o mesmo progresso, seguindo os passos dados pelos países europeus, porém desse processo emergiu a problemática do subdesenvolvimento (AFONSO, 2005). Essa ideia de subdesenvolvimento vem do fato em que os países começaram a se ver como subdesenvolvidos no pós- segunda guerra. Pois não estavam nos

² A modernidade destacada é um “processo de modernização dos povos “atrasados” ditos, imaturos” (DUSSEL, 2005, p. 30). Não se trata então de uma evolução da humanidade, mas sim, justificativa para as violências.

³ Essa ajuda internacional é mais conhecida com Plano Marshall, idealizado pelos Estados Unidos para a reconstrução dos países europeus, no pós-segunda guerra mundial.

⁴ Adam Smith foi um filósofo e economista britânico, nascido em 16 de junho de 1723. Considerado o pai da economia moderna, como também um importante teórico para o liberalismo econômico.

⁵ John Maynard Keynes foi um economista britânico, nascido em 5 de junho de 1883. Teve grande influência nas teorias e políticas econômicas.

padrões europeus, sendo assim, se desenvolver tornou-se uma meta para os Estados, como afirma Escobar:

To see development as a historically produced discourse entails an examination of why so many countries started to see themselves as underdeveloped in the early post-World War II period, how "to develop" became a fundamental problem for them, and how, finally, they embarked upon the task of un-underdeveloping" themselves by subjecting their societies to increasingly systematic, detailed, and comprehensive interventions (ESCOBAR, 1995, p.6)

Como tudo que não era desenvolvimento tornou-se subdesenvolvido (ESTEVA, 2000), modelos de desenvolvimento que levavam a superação desse estágio de subdesenvolvimento começaram a surgir, como por exemplo, a teoria das etapas ou como é mais conhecida pela teoria da decolagem (*take-off*). Influente no ambiente econômico, o modelo da decolagem foi desenvolvido por um dos teóricos da modernização, o economista W.W Rostow⁶, que descreve um processo de evolução econômica, na qual os Estados passariam por cinco etapas: 1- sociedade tradicional; 2- as pré-condições para a decolagem; 3- a decolagem, sendo este o mais importante dos pontos; 4- marcha para a maturidade e; 5- era do consumo em massa. Essas diferentes etapas os levariam ao progresso sócio econômico pleno. Porém, para a realização dessas etapas, era fundamental a presença de países desenvolvidos, pois os mesmos ajudariam no processo de decolagem das economias periféricas.

Percebe-se que no pós-guerra o desenvolvimento acarretou em processos de mudanças sociais, seguindo o sentido do ideal da modernização, sendo interpretado, como uma etapa socioeconômica que se consolidou no período de 1948 e 1958 (PERÁFAN, 2007). Nesse sentido para um país adquirir a condição de desenvolvido, seu grau de desenvolvimento era avaliado através de seus indicadores econômicos, como o PIB⁷ e o PIB *per capita*, termos que surgiram na década de 1940. “As noções de riqueza, evolução, progresso, crescimento e industrialização, que fazem parte do percurso do pensamento econômico e configuram, segundo o período histórico, ideias e práticas do desenvolvimento” (PERÁFAN, 2007, P. 40).

⁶ Walt Wiltman Rostow (1916 – 2003) foi um economista estadunidense. Ficou muito conhecido por sua obra “As Etapas do Crescimento Econômico – 1960”, sendo uma das obras mais influentes na área do desenvolvimento econômico.

⁷ PIB – Mede o conjunto de produtos e serviços que um país produz. “O crescimento do PIB não contribuem para melhorar o desenvolvimento global” (SÁNCHEZ, 2002, p.48).

Desta forma, num primeiro momento o crescimento econômico era visto como necessário e suficiente para o alcance do desenvolvimento, eliminando assim todas as outras dimensões de bem-estar da população como saúde, educação, culturas e etc.

1.2 REFLEXÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO

Na primeira fase a ideia de desenvolvimento foi dominada pelo modelo do pensamento econômico ortodoxo oriundo dos economistas do norte, modelo que enxergava o desenvolvimento como reflexo do crescimento econômico. Nesse sentido, o ato de se desenvolver era visto como algo unilinear (AFONSO, 2005).

Nos anos setenta, a certeza que orientava essa primeira fase do desenvolvimento, começou a entrar em declínio, pois se percebeu que a economia é necessária, mas não suficiente para o progresso do desenvolvimento (AFONSO, 2005). A concepção de que não havia apenas uma maneira de compreender o desenvolvimento, constatou-se a partir do momento em que seguir indicadores numéricos não fez com que os países do Sul alcançassem o crescimento pleno, pelo contrário, os Estados do Sul continuaram estagnados na mesma situação de pobreza e subdesenvolvimento (SÁNCHEZ, 2002). Esse processo de mudança de concepção sobre a compreensão do desenvolvimento fundamentou-se em três motivos, de acordo com Sánchez (2002, p.52):

El crecimiento económico de un país no conduce necesariamente al bienestar de sus habitantes. Tampoco es automática la instauración de la cultura democrática. Por el contrario, la experiencia de numerosos países muestra que se consolidaron dictaduras corruptas que despreciaron los derechos de las personas. La teoría de las etapas de Rostow es bastante simple y no se ajusta a la realidad heterogénea del Sur. Se partía de la premisa de que no existían límites para el crecimiento: no se consideró la necesidad de plantear el proceso en términos de desarrollo sostenible.

Desta forma “o debate sobre o desenvolvimento torna-se mais complexo e mais ideológico, e foram realizados pelo menos a dois níveis: no plano econômico internacional e ao nível micro e individual” (AFONSO Maria Manuela, 2005, p. 27). O processo de desenvolvimento passa a receber mais atenção nesse momento, as diversas interpretações agora relacionam o desenvolvimento ao bem estar das pessoas (SÁNCHEZ, 2002). Diante

disto, dois pontos surgiram como referências centrais para o desenvolvimento nos anos 1970, são eles: a “população e o ambiente”. Ao mesmo tempo alguns pontos ganham espaço, sendo assim tratados como peças essenciais para o desenvolvimento, como o bem estar das pessoas, os assuntos de interesse público, a igualdade de gênero, o respeito ao meio ambiente e o direito das minorias, e ao final da década de setenta, a inclusão das mulheres.

Nesse caminho, a Organização das Nações Unidas (ONU) promoveu ainda nos anos de 1970 uma conferência sobre o ambiente humano⁸ (AFONSO, 2005), e pela primeira vez existiu um consenso internacional de que os indicadores humanos seriam importantes para compreender as necessidades básicas. Conjuntamente a isso, a importância de uma distribuição social justa passou a ser reconhecida. Deste modo, o entendimento de crescimento começou a ser associado como uma dimensão social no desenvolvimento (AFONSO, 2005). Através da percepção de modelos sociais mais justos, a luta contra a pobreza emerge, passando então a completar a noção de desenvolvimento. Com esse novo cenário do desenvolvimento, o economista Amartya Sen destaca que: “o desenvolvimento tem que estar relacionado, sobretudo, com a melhoria de vida que levamos e das liberdades que desfrutamos” (2000, p.29, tradução nossa).

Da passagem da década de 70 para os anos 80, não houve muitos avanços no que se refere ao entendimento do desenvolvimento. Isso ocorreu pelo fato da eclosão das dívidas nos países da América Latina. Consequentemente os indicadores humanos foram colocados de lado e mais uma vez, a discussão sobre o desenvolvimento tomou rumos economicistas, pois o assunto da vez na agenda internacional era amenizar as persistentes crises. Para isso o Fundo Monetário Internacional (FMI)⁹ e o Banco Mundial (BM)¹⁰ apresentaram programas de ajuste econômico, baseado no Consenso de Washington¹¹ (SÁNCHEZ, 2002). Esses

⁸ A conferência é conhecida como Conferência de Estocolmo, realizada em 1972, que teve como objetivo tratar as questões relacionadas ao Meio Ambiente Humano (*Human Environment*). A reunião foi um marco no que se refere nas tentativas de melhorar as relações entre o homem e o meio ambiente, essa relação que evoluiu mais tarde e se transformou no que conhecemos atualmente como desenvolvimento sustentável.

⁹FMI - Creado em 1944 por los acuerdos de Bretton Woods. El FMI ofrece a los gobiernos líneas de crédito, condicionadas a la asunción de compromisos en materia económica (SÁNCHEZ, 2002, p. 51).

¹⁰ Institución creada por los acuerdos de Bretton Woods en 1944. Su nombre oficial es Banco Internacional de Reconstrucción y Fomento (BIRF). En un primer momento, su objetivo fue reconstruir las zonas destruidas por la Segunda Guerra Mundial, pero esta tarea se ejecutó por medio del Plan Marshall. En la actualidad, se dedica a fomentar el desarrollo económico otorgando préstamos y asistencia técnica. Para cumplir tal propósito, ha creado una serie de organizaciones que en su conjunto son conocidas como Grupo del Banco Mundial (SÁNCHEZ, 2002, p. 54).

¹¹ Consenso de Washington – inclui 10 recomendações sobre as políticas: no plano macroeconômico – disciplina orçamental; liberalização das taxas de juro e taxas de câmbio comandadas pelo mercado; ao nível das políticas estruturais – privatização; desregulamentação; liberalização das importações; liberalização do IDE reforma

ajustes redirecionaram novamente a ideia de desenvolvimento aos planos econômicos, tal como expõe Sánchez *“estos programas devolvieron el enfoque economicista a los planes de desarrollo; una vez más, se pensó que lo fundamental era crecer económicamente y que sólo después se podrían atender las necesidades de las personas”* (2002, p.54).

Devido ao enorme foco dado aos ajustes econômicos dos Estados, os anos 80 ficaram conhecidos como a década perdida para o desenvolvimento, cheio de “recessões econômicas e mesmo o crescimento negativo na América Latina, fome e miséria humana na África” (AFONSO, 2005, p. 31), um abalo no processo de construção do conceito de desenvolvimento. Pelo fato dos Estados focarem nos assuntos econômicos, relacionando-os ao desenvolvimento. As outras dimensões da vida social geradoras do bem-estar da população foram deixadas para trás. Resultando em um quadro social desolador, principalmente no que se refere à sustentabilidade do desenvolvimento (AMARO, 2014). Essas circunstâncias fizeram com que os Estados e as Organizações Internacionais, se aprofundassem novamente aos indicadores humanos, trazendo algo novo para a concepção de desenvolvimento, a sustentabilidade¹².

Com a atenção retomada para o cenário dos indicadores humanos, uma década depois, nos anos 1990, um novo conceito foi criado, conceito que é conhecido atualmente como “desenvolvimento humano”. Sendo este o novo modelo que passou a orientar o desenvolvimento nos Estados, ou seja, esse é desde os anos 90 o elemento avaliador de desenvolvimento dos países. Tal conceito foi definido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em 1990, sendo o primeiro a oferecer uma definição equilibrada e abrangente (SÁNCHEZ, 2002), retirando a visão simplista do modelo econômico, correspondendo o desenvolvimento agora, ao processo de expansão das capacidades humanas (SEN, 1995). Desta forma, o novo conceito norteador do desenvolvimento nos Estados passa a dar mais visibilidade para as questões humanas:

O conceito de desenvolvimento humano nasceu definido como um processo de ampliação das escolhas das pessoas para que elas tenham capacidades e

fiscal; proteção da propriedade privada; redistribuição dos fundos públicos em favor dos sectores da educação e da saúde (AFONSO, 2005, p. 30).

¹² Desenvolvimento Sustentável - emitido pela Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento – o desenvolvimento sustentável refere-se ao desenvolvimento que satisfaça as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras para satisfazer suas próprias necessidades (Comisión Mundial sobre Medio Ambiente y el Desarrollo, 1987).

oportunidades para serem aquilo que desejam ser. Diferentemente da perspectiva do crescimento econômico, que vê o bem-estar de uma sociedade apenas pelos recursos ou pela renda que ela pode gerar, a abordagem de desenvolvimento humano procura olhar diretamente para as pessoas, suas oportunidades e capacidades. PNUD/BR, 2017.

Esse conceito de desenvolvimento humano consiste na base do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)¹³, ferramenta criada por Mahbub ul Haq com colaboração de Amartya Sen (PNUD, 2017). O IDH é um instrumento atual utilizado para aferir o avanço na qualidade de vida da população, que possui três dimensões, consideradas principais para progresso do desenvolvimento – educação, saúde e renda. O IDH como modelo de avaliação se destaca perante o PIB e o PIB *per capita*, pois o método de avaliação abrange outras dimensões, não atribuindo exclusividade aos indicadores econômicos:

O princípio que norteia o IDH considera que outras dimensões, além da econômica, devem ser computadas quando se afere o desenvolvimento de uma população. Isto torna o IDH inovador em relação ao indicador de desenvolvimento predominante até recentemente, o PIB per capita, o qual considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. PNUD, 2000.

Apesar desse novo instrumento de averiguação da evolução do desenvolvimento humano nos países, ainda há muito que se avançar (SÁNCHEZ, 2002). Mas em virtude deste conceito recente, o desenvolvimento vai se livrando das amarras economicistas, que até então ofereciam um campo de visão muito pequeno sobre o desenvolvimento.

Sendo assim, através da breve compreensão histórica do desenvolvimento, há agora uma base de entendimento sobre o instrumento de classificação de desenvolvimento dos Estados, sendo que este modelo será o parâmetro utilizado para compreender a ideia de Estado desenvolvido, como também, o conceito de desenvolvimento orientador da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento e Combate à Pobreza.

¹³ O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida resumida do progresso em longo prazo em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde. O objetivo da criação do IDH foi o de oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento (PNUD/BR).

1.3 DESENVOLVIMENTO E O COMBATE À POBREZA

Como apresentado na seção anterior, o pensamento econômico norteou a ideia de desenvolvimento no pós-segunda guerra, relacionando o desenvolvimento com crescimento econômico até meados dos anos oitenta. E assim como o desenvolvimento, o combate à pobreza também foi universalizado como uma condição econômica em suas primeiras concepções, de acordo com a afirmação: *“poverty is seen as an economic condition dependent on cash transactions in the marketplace for this eradication. These transactions in turn are dependent on development defined as economic growth”* (THOMAS C; EVANS T, 2011, p.462). Desta forma, percebe-se que o combate à pobreza é uma variável da dimensão de desenvolvimento, sendo assim, toda a trajetória de conceitualização do desenvolvimento, desde a passagem pela fase econômica até se chegar numa definição mais abrangente e equilibrada produzida pelo PNUD, a ideia de combate à pobreza passou pelas mesmas variações pelas quais passou o desenvolvimento.

A relação entre esses dois pontos se intensificou em meados dos anos oitenta, quando os Estados passam pelo mal-estar social (AMARO, 2014) ocorrido pela crença do desenvolvimento baseado no crescimento econômico, que resultou aos Estados quadros sociais de carência, principalmente nos países subdesenvolvidos, que passavam por problemas graves em áreas consideradas comuns e de soluções simples para os Estados desenvolvidos (AMARO, 2014). Como, por exemplo, taxas elevadas de analfabetismo, doenças que já possuíam cura (diarreias, tuberculoses, malária, etc.), mas que continuavam a matar, acarretando em baixa esperança de vida nesses países subdesenvolvidos, gerando também surtos epidêmicos. Com essas instabilidades sociais verificou-se a necessidade de promover o desenvolvimento de forma efetiva para romper com as condições de pobreza nos países subdesenvolvidos (PERÁFAN, 2007).

Nos anos noventa com o novo conceito de desenvolvimento e uma das aspirações que orienta o desenvolvimento é o combate à pobreza (MASO, 2011), e como os Estados subdesenvolvidos estavam passando por um panorama social nada agradável, um conjunto de metas socioeconômicas¹⁴ foi aprovado por 189 países membros na ONU, em 2000. Através

¹⁴ Essas metas socioeconômicas são mais conhecidas como Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) – ONU Brasil. ONU, 2015. Essas metas serão mais aprofundadas na próxima seção.

da declaração dessas metas, os Estados se comprometeram em erradicar a fome através de uma série de objetivos.

Nesse sentido, a palavra desenvolvimento se faz presente na concepção e nas estratégias de combate à pobreza (MASO, 2011). Desta forma, pelo fato da intrínseca ligação do desenvolvimento ao combate a pobreza, para reforçar os mecanismos de avaliação do desenvolvimento, o PNUD acrescenta instrumentos que vão aferir a redução da pobreza nos países, completando assim a noção de IDH. Como resultado desse processo, criou-se o Índice de Pobreza Humana (IPH1¹⁵; IPH2¹⁶), em 1997, que tem por objetivo medir o grau das privações das pessoas sob três níveis, saúde, educação e renda. (SÁNCHEZ, 2002). Essa ferramenta foi introduzida ao IDH com o intuito de possibilitar um avanço na compreensão e melhor avaliação da qualidade de desenvolvimento dos países.

À luz da compreensão dos mecanismos que norteiam a avaliação do desenvolvimento e o combate à pobreza entende-se que os Estados para serem classificados como desenvolvidos deverão passar por esses instrumentos de aferição das instituições internacionais, tornando-se apto a ser um país financiador do desenvolvimento através da cooperação, como será discutido a seguir.

1.4 COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO

Através das definições expostas nas seções anteriores, verifica-se que o desenvolvimento foi geralmente associado à ideia de modernização de matriz europeia. “E em tempos anteriores cada Estado Soberano norteava seu processo de desenvolvimento” (MASO, 2011, p. 80), agora, na contemporaneidade tal processo é realizado por meio de instituições que ajudam os Estados no processo de desenvolvimento como, por exemplo, a ONU e o Banco Mundial.

¹⁵ IPH1- Cuantifica la pobreza en los países del Sur. Mide la probabilidad al nacer de no vivir más de 40 años, el analfabetismo en los adultos, el acceso al agua potable y el peso de los niños menores de cinco años (SÁNCHEZ, 2002, p. 58).

¹⁶ IPH-2. Incluye a los países del Norte y a las antiguas repúblicas que formaban la URSS. Mide la probabilidad al nacer de no vivir más de 60 años, la tasa de analfabetismo funcional de adultos, la tasa de desempleo a largo plazo (12 meses o más) y el porcentaje de la población que vive en la pobreza (SÁNCHEZ, 2002, p. 58).

Essa seção vai descrever brevemente a história da cooperação para o desenvolvimento, desde o final da Segunda Guerra Mundial, relacionando o papel da cooperação para progresso do desenvolvimento dos países atualmente.

Ao final da Segunda Guerra começou o chamado processo de descolonização, de onde emergiu, segundo a perspectiva eurocêntrica que orienta o sistema internacional a problemática do subdesenvolvimento (AFONSO, 2005). Através dessa problemática, inicia-se a cooperação para o desenvolvimento entre os países e duas questões se tornaram principais na orientação das agendas de cooperação nesse primeiro momento: (I) evitar outra guerra – foco na segurança militar; (II) evitar novos problemas econômicos globais e proporcionar um bem-estar econômico e social que abarcasse todos os Estados (AFONSO, 2005). Mas com o início da Guerra Fria, o primeiro ponto sobressaiu em relação ao segundo, dificultando de certa forma a Ajuda¹⁷ aos países subdesenvolvidos a atingirem seu desenvolvimento pleno.

O primeiro modelo de cooperação para o desenvolvimento foi o Plano Marshall, de acordo com vários autores que dissertam sobre a temática da cooperação. Esse reconhecimento como o primeiro ato de cooperação ocorre devido objetivo do Plano, que inicialmente visava à reconstrução da Europa devastada pela segunda guerra e não desenvolver o mundo não industrializado. Mas esse objetivo sofre mudanças, a partir do momento em que ocorrem as independências dos novos Estados e a atenção se direciona para a nova realidade, o desenvolvimento (AFONSO, 2005). “Nesse sentido, evidencia-se um reconhecimento das economias mais desenvolvidas do globo acerca da necessidade de promover um intercâmbio econômico entre as porções centrais e periféricas do planeta” (ESCOBAR, 1995; apud, MASO, 2011, p. 81).

Desta forma, esse primeiro projeto de cooperação influenciou o andamento da mesma, ou seja, a forma como seria vislumbrada a maneira de cooperar entre os Estados. Nessa primeira fase, no contexto de guerra fria, ela é toda pautada nas bases de interesses do país doador, ignorando assim, as necessidades dos países receptores (SÁNCHEZ, 2002).

Do Plano Marshall, instâncias internacionais que impactaram na questão da ajuda internacional surgiram, como a Organização Europeia de Cooperação Econômica (OECE) - 1948, que deu origem em 1961 à Organização de Cooperação e de Desenvolvimento

¹⁷ A palavra “ajuda” neste trabalho terá o significado de cooperação para o desenvolvimento, significado baseado nas bibliografias estudadas e pelo fato que a maioria delas trabalham relacionando a palavra cooperação.

Econômico (OCDE) ¹⁸. Outras instituições surgiram logo no pós-segunda guerra e se tornaram instrumentos essenciais no trabalho da Ajuda ao desenvolvimento nos países: a ONU¹⁹, ainda nos anos 40, sendo mais exato em 1945, O Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD) em 1944, estabelecendo na atualidade o grupo Banco Mundial e por fim, o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) em 1947, hoje conhecido como Organização Mundial do Comércio (OMC) (MASO, 2011).

Diante disto, no contexto Guerra Fria, o primeiro modelo da cooperação é denominado como tradicional. Esse modelo caracterizou-se como tradicional, pois seu objetivo foi o método de financiamento, que eram todos planejados e executados de acordo com países doadores. O modelo de ajuda tradicional nasce da ideia de cooperação por caridade, como assim afirma Sánchez: *se ayuda por misericordia, sin cuestionarse la razón de las injusticias y sin tratar de transformar el statu quo que, en gran medida, es el responsable de las desigualdades y de la pobreza* (2002, p. 35). Desta forma, essa primeira fase da cooperação seguiu dominada pelo modelo de desenvolvimento unilinear, que era encorajado pelo crescimento econômico, através de transferência de capital, crença de que somente esse item seria suficiente e necessário para o alcance do desenvolvimento autossustentado (PERÁFAN, 2007).

Contudo, ao fim da Guerra Fria a ideia de Ajuda passa por significativas mudanças. Houve a saída da ex-URSS²⁰ da lista dos doadores, passando a completar a lista dos receptores. A Ajuda recebe novos objetivos como a boa governança, os Direitos Humanos e a democracia (AFONSO, 2005). De acordo com as mudanças ocorridas, um novo modelo de cooperação emerge, sendo este conhecido como modelo moderno de cooperação (SÁNCHEZ, 2002), que por sua vez o modelo contemporâneo possui novos objetivos como promover a justiça, educação básica, saúde e proteção ao meio ambiente. De acordo com Fernandes (2005, p. 62) atualmente a cooperação para o desenvolvimento é:

¹⁸ OCDE toma forma quando 18 países europeus juntamente com os Estados Unidos e o Canadá se unem para criar uma Organização dedicada ao desenvolvimento econômico.

¹⁹ Nações Unidas concebida em primeiro lugar como uma Organização de manutenção da paz, acaba assumindo com o tempo responsabilidade sobre várias dimensões como social, cultural, econômico e humanitário, debruçando-se sobre a problemática do subdesenvolvimento. Nesse sentido, através dela várias agências especializadas são criadas posteriormente como a UNESCO, OMS, FAO e o PNUD (AFONSO, 2005, p. 24-25).

²⁰ A saída da ex-URSS da lista dos doadores terá uma incursão mais aprofundada na próxima seção.

Envolver as populações na definição, planificação e criação do seu próprio futuro, é capacitar as pessoas e as comunidades para intervirem no seu próprio desenvolvimento auto-sustentado, num mundo cada vez mais globalizado e interdependente [...]. Incluem acções de assessoria técnica, de capacitação institucional, em sectores tão diversificados com a saúde, educação, a água e o saneamento, a comunicação social, as telecomunicações, o ambiente e as infraestruturas.

Através dessas mudanças a Ajuda para o desenvolvimento tornou-se mais humana, trazendo questões que antes não eram debatidas. A cooperação para o desenvolvimento passa então a ser um instrumento que de fato poderá ajudar os Estados subdesenvolvidos, envolvendo a população da mesma nessa trajetória para o desenvolvimento e não mais colocando o Estado doador como único membro importante. De acordo com o exposto, segue:

Tabela -1 síntese dos principais acontecimentos ocorridos na história da Ajuda para o desenvolvimento.

	Instituições dominantes ou em ascensão	Ideologia dos doadores	Aspectos centrais para os doadores	Tipos de Ajuda
Anos 40	Planos Marshall e Sistema das NU (incluindo o BM)	Planejamento	Reconstrução	O Plano Marshall foi sobretudo Ajuda programa
Anos 50	EUA, com a URSS a ganhar importância a partir de 1956.	Anticomunismo, mas com papel para o Estado.	Movimento de desenvolvimento da comunidade	Ajuda projeto e Ajuda alimentar
Anos 60	Estabelecimento dos programas bilaterais	Como nos anos 50, com o apoio ao Estado nos setores produtivos	Setores produtivos (por exemplo, apoio à revolução verde) e infra-estrutura	Doadores bilaterais: assistência técnica e apoio ao Orçamento; doadores multilaterais: apoio a projetos.
Anos 70	Expansão das agências multilaterais, sobretudo BM, FMI e agências árabes.	Continuou o apoio às atividades do Estado nos setores produtivos e à satisfação das necessidades básicas	Pobreza, através da agricultura e das necessidades básicas (setores sociais).	Diminuição da Ajuda alimentar e início do apoio às importações

Anos 80	Crescimento das ONG, a partir de meados da década.	Ajustamento estrutural, confiança no mercado e diminuição do papel do Estado.	Reformas macroeconômicas	Programas de Ajuda financeira e alívio a dívida
Anos 90	Ex-URSS e países da Europa Oriental tornam-se receptores; emergência das instituições correspondentes.	Retorno ao Estado no final da década	Pobreza	Mudança para o apoio setorial no final da década

Fonte: P. Hjertholm e H. White, 2000 (Apud AFONSO, 2005, p. 23).

Não será feito um aprofundamento em todo processo histórico, visto que o maior interesse é demonstrar na contemporaneidade os Estados doadores e receptores da Ajuda para o Desenvolvimento, verificando de qual categoria fazem parte os Estados que serão estudados mais adiante neste trabalho. Neste sentido, na seção seguinte serão demonstrados os mecanismos atuais que norteiam as políticas de cooperação no sistema internacional.

1.5 AS POLÍTICAS ATUAIS DA COOPERAÇÃO

Como exposto anteriormente, a Cooperação para o Desenvolvimento incorpora diversos atores como os Estados doadores e os Estados receptores e, principalmente as entidades que se dedicam à promoção do desenvolvimento (FERNANDES, 2005).

Atualmente as Organizações que se destacam na ajuda aos Estados a promoção do desenvolvimento e combate à pobreza é a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e as Nações Unidas (ONU). A OCDE possui uma lista de classificação dos países doadores para o progresso do desenvolvimento, como também produziu uma lista dos países receptores dessa ajuda, que são divididos em países menos avançados (PMA)²¹;

²¹ PMA – Grupo de países definido pela ONU e fazem parte os países em situação de baixos resultados de rendimento, diversificação econômica e desenvolvimento social (AFONSO, 2005).

países de fraco rendimento (PFR) ²²; países de rendimento intermediário da tranche inferior (PRITI) ²³; países de rendimento intermédio da tranche superior (PRITIS) ²⁴; países de rendimento elevado (PRE) ²⁵; e por fim, países da Europa Central e Oriental (PECO) e; Novos Estados Independentes (NEI) (AFONSO, 2005). Essa lista é baseada nas avaliações da ONU, baseadas no IDH conforme dissertado na seção anterior.

Os Estados classificados como aptos ao financiamento da Cooperação para o Desenvolvimento são no total de 35 países membros do CAD²⁶/OCDE, de acordo com a tabela a seguir:

Tabela – 2: Lista dos países membros da Comissão de Ajuda para o Desenvolvimento.

Membros do CAD	
➤ Austrália	➤ Letônia
➤ Áustria	➤ Luxemburgo
➤ Bélgica	➤ México
➤ Canadá	➤ Países Baixos
➤ Chile	➤ Nova Zelândia
➤ República Checa	➤ Noruega
➤ Dinamarca	➤ Polônia
➤ Estônia	➤ Portugal
➤ Finlândia	➤ Republica Eslovaca
➤ França	➤ Eslovênia
➤ Alemanha	➤ Suécia
➤ Grécia	➤ Suíça

²² PFR – Grupo que inclui todos os países que não são do PMA, mas que o Rendimento Nacional Bruto por habitante é inferior ou igual a 760 dólares. Base feita a partir das estatísticas do Banco Mundial (AFONSO, 2005).

²³ PRITI - Grupo de países que a renda por habitante está entre 760 e 3.030 dólares (AFONSO, 2005).

²⁴ PRITIS – Grupo de países em que a renda per capita está entre 3.013 e 9.360 dólares (AFONSO, 2005).

²⁵ PRE – Países em desenvolvimento e que sua renda per capita está era de 9.360 dólares (AFONSO, 2005).

²⁶ CAD – Comissão de Ajuda para o Desenvolvimento. Os países membros desse comitê passam por uma avaliação feita pela OCDE, que visa uma série de critérios como, por exemplo, a capacidade do Estado em realizar um programa de cooperação para o desenvolvimento. Passado pelo sistema de monitoramento de avaliação do CAD, os países se comprometem a implementar as recomendações da Organização, a fim de utilizar as recomendações feitas pela mesma na formulação de políticas de cooperação para o desenvolvimento. Além das recomendações, os Estados devem produzir um relatório de cooperação para o desenvolvimento, com o objetivo de descrever os esforços e os avanços realizados sobre as políticas de Ajuda em cada país membro CAD/OCDE, 2017.

<ul style="list-style-type: none"> ➤ Hungria ➤ Islândia ➤ Irlanda ➤ Israel ➤ Itália ➤ Japão ➤ Coréia do Sul 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Peru ➤ Reino Unido ➤ Estados Unidos
--	---

Fonte: Lista feita pela pesquisadora com base nos dados da OCDE.

O compromisso dos países desenvolvidos em matéria de Ajuda para o Desenvolvimento se baseia na Conferência de Monterrey²⁷, que visa o combate à pobreza e possui dois níveis de comprometimento para os Estados: (I) aumentar a quantidade de Ajuda, destinando ao menos 0.15% do Rendimento Nacional Bruto para os países menos avançados; (II) melhorar a qualidade da Ajuda, através de um maior foco nos pobres e na melhora dos resultados (AFONSO, 2005). Mas pode vir a acontecer que as motivações dos Estados sejam outras, como motivações comerciais, segurança nacional, interesses políticos, que acabam sendo escoltados pelo discurso do desenvolvimento.

Por sua vez, os países subdesenvolvidos, os receptores da Ajuda são considerados peça fundamental na cooperação, pois os mesmos são responsáveis pela eficiência e eficácia da Ajuda (FERNANDES, 2005). O CAD disponibiliza uma lista dividida em duas partes sobre os países receptores elegíveis desses financiamentos, como demonstra a tabela a seguir:

Tabela 3 – Lista dos países receptores da Ajuda.

<p>Parte I: países e territórios em desenvolvimento.</p>	
<p>PMA</p>	<p>Afeganistão, Angola, Bangladesh, Benin, Butão, Burkina Faso, Burundi, Cambodja, Cabo Verde, Rep. Centro Africana, Chade, Comores, Rep. Dem. Do Congo, Djibuti, Eritreia, Etiópia, Gâmbia, Guiné, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Haiti, Iémen, Kiribati, Laos, Lesoto, Libéria.</p>

²⁷ Conferência de Monterrey – firmada a partir da Conferência Internacional para o Desenvolvimento, foi realizada pelas Nações Unidas em 2002, no México. Essa conferência tinha como objetivo promover a discussão acerca do combate à pobreza e as questões econômicas globais. ONU, 2017.

PFR

Madagascar, Malawi, Maldivas, Mali, Mauritânia, Moçambique, Myanmar (Birmânia), Nepal, Niger, Ruanda, Ilhas Salomão, Samoa, S. Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa, Somália, Sudão, Tanzânia, Togo, Tuvalu, Uganda, Vanuatu, Zâmbia.

Arménia, Azerbaijão, Camarões, China, Rep. Congo, Rep. Dem. Coreia, Costa do Marfim, Gana, Honduras, Índia, Indonésia, Rep. Kirguízia, Moldávia, Mongólia, Nicarágua, Nigéria, Paquistão, Quênia, Tajiquistão, Timor-leste, Turquemenistão, Vietname, Zimbaué.

PRITI

Albânia, Argélia, Belize, Bolívia, Bósnia-Herzegovina, Kazaquistão, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Rep. Dominicana, Dominique, Egito, El Salvador, Equador, Fidji, Geórgia, Guatemala, Guiana, Irão, Iraque, Jamaica, Jordânia, Macedónia, Marrocos, Ilhas Marshall, Estados Federados da Micronésia, Namíbia, Niue, África do Sul, Filipinas, Papau-Nova-Guiné, Paraguai, Peru, Sérvia e Montenegro, Sri Lanka, S. Vicente e Grenadines, Suriname, Suazilândia, Síria, Tailândia, Territórios sob administração Palestiniana, Tokelau*, Tonga, Tunísia, Uzbequistão, Wallis e Futuna*.

PRITIS

Botswana, Brasil, Chile, Ilhas Cook, Croácia, Gabão, Grenada, Líbano, Malásia, Maurícias, Mayotte*, México, Nauru, Ilhas Palau, Panamá, St. Helena*, St. Lúcia, Trinitá e Tobago, Turquia, Uruguai, Venezuela. Apenas com acesso aos empréstimos do BM: Anguilla, Antiqua e Barbuda, Arábia, Saudita, Argentina, Bahrain, Barbuda*, Montserrat*, Oman, Seicheles, St. Kitts e Nevis*, Ilhas Turks e Caíques*.

PRE

Eslovênia, Malta.

Parte II: países e territórios em transição

PECO E NEI

Bielorrússia, Bulgária, Rep. Checa, Rep. Eslovaca, Estônia, Hungria, Letônia, Lituânia, Polónia, Roménia, Rússia, Ucrânia.

Países e territórios em desenvolvimento mais avançado.

Antilhas Holandesas*, Aruba*, Bahamas, Bermuda*, Brunei, Ilhas Caimão*, Chipre, Coreia, Emirados Árabes Unidos, Ilhas Falkland*, Gibraltar*, Hong Kong* (China), Israel, Kuwait, Líbia, Macau*, Novas Caledónia*, Polinésia Francesa*, Qatar, Singapura, Taipé Chinesa, Ilhas Virgens*.

Fonte: OCDE, 2004. (Apud, AFONSO, 2005, p. 17). *Territórios.

A política que norteou as agendas de cooperação para o desenvolvimento desde os anos 90 foram os Objetivos do Milênio que possuíam como meta a redução da pobreza extrema (FERNANDES, 2005). Membros das Nações Unidas, em setembro de 2000, adotaram a Declaração do Milênio, comprometendo-se a alcançar tais objetivos de desenvolvimento até 2015.

A Declaração do Milênio se resume em 8 objetivos e 18 metas para serem realizadas pelos Estados, ajudando o mundo no desenvolvimento:

Tabela 4 – Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)

Objetivo 1: Erradicar a pobreza extrema e a fome
Meta 1. Reduzir para metade, entre 1990 e 2015, a proporção de população cujo rendimento é inferior a um dólar por dia.
Meta 2. Reduzir para metade, entre 1990 e 2015, a proporção de população afetada pela fome.
Objetivo 2: Atingir o ensino primário universal
Meta 3. Garantir que, até 2005, todas as crianças, de ambos os sexos, terminem um ciclo completo de ensino primário.
Objetivo 3: Promover a igualdade de gênero e a capacidade das mulheres
Meta 4. Eliminar a disparidade de gênero no ensino primário e secundário, se possível até 2005, e em todos os níveis de ensino, o mais tardar até 2015.
Objetivo 4: Reduzir a mortalidade infenatil
Meta 5. Reduzir em dois terços, entre 1990 e 2015, a taxa de mortalidade de crianças com menos de 5 anos.
Objetivo 5: Melhorar a saúde materna
Meta 6. Reduzir em três quartos, entre 1990 e 2015, a taxa de mortalidade materna.
Objetivo 6: Combater o HIV/SIDA, a malária e outras doenças
Meta 7. Até 2015, parar e começar a inverter a propagação do HIV/SIDA.
Meta 8. Até 2015, parar e começar a inverter a tendência atual da incidência da malária de outras doenças graves.
Objetivo 7: Garantir a sustentabilidade ambiental

Meta 9. Integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas nacionais e inverter a atual tendência para perda de recursos ambientais.

Meta 10. Reduzir para metade, até 2015, a percentagem de população sem acesso permanente a água potável.

Meta 11. Até 2020, melhorar significativamente a vida de pelo menos 100 milhões de habitantes de bairros degradados.

Objetivo 8: Criar uma parceria global para o desenvolvimento

Meta 12. Continuar a desenvolver um sistema comercial e financeiro multilateral aberto, baseado em regras, previsível e não discriminatório.

Meta 13. Satisfazer as necessidades especiais dos Países Menos Avançados.

Meta 14. Satisfazer as necessidades especiais dos países sem litoral e dos pequenos Estados insulares em desenvolvimento.

Meta 15. Tratar de forma integrada o problema da dívida dos países em desenvolvimento, através de medidas nacionais e internacionais, por forma a tornar a sua dívida sustentável a longo prazo.

Meta 16. Em cooperação com os países em desenvolvimento, formular e aplicar estratégias que proporcionem aos jovens trabalho digno e produtivo.

Meta 17. Em cooperação com as empresas farmacêuticas, proporcionar o acesso a medicamentos essenciais e preços acessíveis, aos países em desenvolvimento.

Meta 18. Em cooperação com o setor privado, tornar acessíveis os benefícios das novas tecnologias, em especial das tecnologias de informação e comunicação.

Fonte: AFONSO, 2005, p. 11.

Atualmente, as políticas que orientam a cooperação para o desenvolvimento e o programa Transformando Nosso Mundo: agenda de 2030 para o desenvolvimento sustentável, conhecida também como o pós-2015. Essa nova agenda universal substituiu os ODM, tornando-se agora os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)²⁸ com 169 metas, tal como definido pelas Nações Unidas e seus Estados membros. Os ODS possuem como objetivo mais 15 anos de mudanças em áreas cruciais para a humanidade e para o planeta seguindo essa agenda até 2030, como também finalizar o trabalho dos ODM, pretendendo dessa forma alcançar melhores resultados dos que foram obtidos pelos ODM (ONU, 2015). Os últimos resultados publicados no Relatório dos Objetivos do Milênio – 2015 apresentaram que: objetivo 1 (Erradicar a Pobreza Extrema): de 1990 mais da metade da população vivia sobre pobreza extrema, aproximadamente 1,9 mil milhões de pessoas. Em 2015 esse número caiu para 836 milhões de pessoas; Objetivos 2 (Educação Primária): a taxa de alfabetização entre os jovens de 15 a 24 anos aumentou de 83% para 91% entre 1990 e 2015; Objetivo 3 (Igualdade de Gênero): a proporção de mulheres com empregos vulneráveis como parcela do emprego feminino diminuiu 13 pontos percentuais. Entre os homens diminuiu para 9 pontos

²⁸ As Nações Unidas definiram os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) como parte de uma nova agenda para o desenvolvimento sustentável que tem base sobre três dimensões: a economia, o social e ambiental, e que devem finalizar os trabalhos dos ODM. Os ODS vão buscar concretizar os Direitos Humanos de todos e alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres. ONU, 2015.

percentuais; Objetivo 4 (Mortalidade Infantil): a taxa de mortalidade global abaixo de cinco anos diminuiu de 90 para 43 mortes por 1000 nados-vivos entre 1990 e 2015; Objetivo 5 (Saúde materna): desde 1990 a mortalidade materna diminuiu para 45% a nível mundial; Objetivo 6 (Combate ao HIV/SIDA, Malária e outras doenças): as infecções por VIH diminuíram cerca de 40% entre 2000 e 2013 – de 3.5 milhões de casos para 2,1 milhões; Objetivo 7 (Sustentabilidade Ambiental): Em 1990 – 76% da população possuía água potável, em 2015 esse número aumentou para 91% da população mundial; Objetivo 8 (Ajuda Pública ao Desenvolvimento): aumentou em 66% a Ajuda pública ao desenvolvimento dos países, chegando aos 135,2 mil milhões de USD (ODM, 2015).

De acordo com o exposto, observa-se o papel necessário do Estado para a execução das metas e a relevância das mesmas como norteadoras das agendas de prioridades de desenvolvimento de cada Estado. Também a importância na participação ativa dos Estados subdesenvolvidos nos projetos de desenvolvimento, a fim de que as intervenções específicas para a Ajuda dos pobres não sejam negligenciadas. O papel que as instituições possuem sobre a questão do desenvolvimento também é considerado fundamental, à medida que as mesmas conseguiram e conseguem organizar um sistema de cooperação (AFONSO, 2005).

Através da lista de classificações produzidas pelo CAD, os Estados que serão analisados neste trabalho são todos desenvolvidos e aptos a financiar a cooperação para o desenvolvimento²⁹. Somente o Brasil não está entre os Estados desenvolvidos, mas também será analisado, pelo fato de que é o lugar em que a pesquisa está sendo realizada.

Compreende-se então que desde a formação da ideia de desenvolvimento e o combate à pobreza, até a concepção da cooperação para o desenvolvimento, os acontecimentos que marcaram o início da concepção de cada um desses pontos começou a partir do pós- segunda guerra e da reconstrução da Europa. Verifica-se que a concepção de desenvolvimento sofreu fortes influências de matriz europeia, desta forma, no próximo capítulo, a análise discorrerá sobre quais os impactos do Eurocentrismo e da colonialidade na formulação dessas concepções e de que forma conseguiram impactar no desenvolvimento dos Estados periféricos.

²⁹ Os Estados que serão analisados são: Alemanha, Austrália, Brasil, Canadá, Comissão Europeia, Estados Unidos, Japão e Reino Unido. Os mesmo encontram-se na tabela 2 – Estados membros do CAD (com exceção do Brasil).

CAPÍTULO 2 – MODERNIDADE, COLONIALIDADE E EUROCENTRISMO

De acordo com a exposição da história da construção da ideia de desenvolvimento e do combate à pobreza, a partir da Segunda Guerra Mundial, demonstrou-se como os Estados desenvolvidos conseguiram criar um pensamento hegemônico de classificação do desenvolvimento desde o final da guerra, que permanece presente na contemporaneidade.

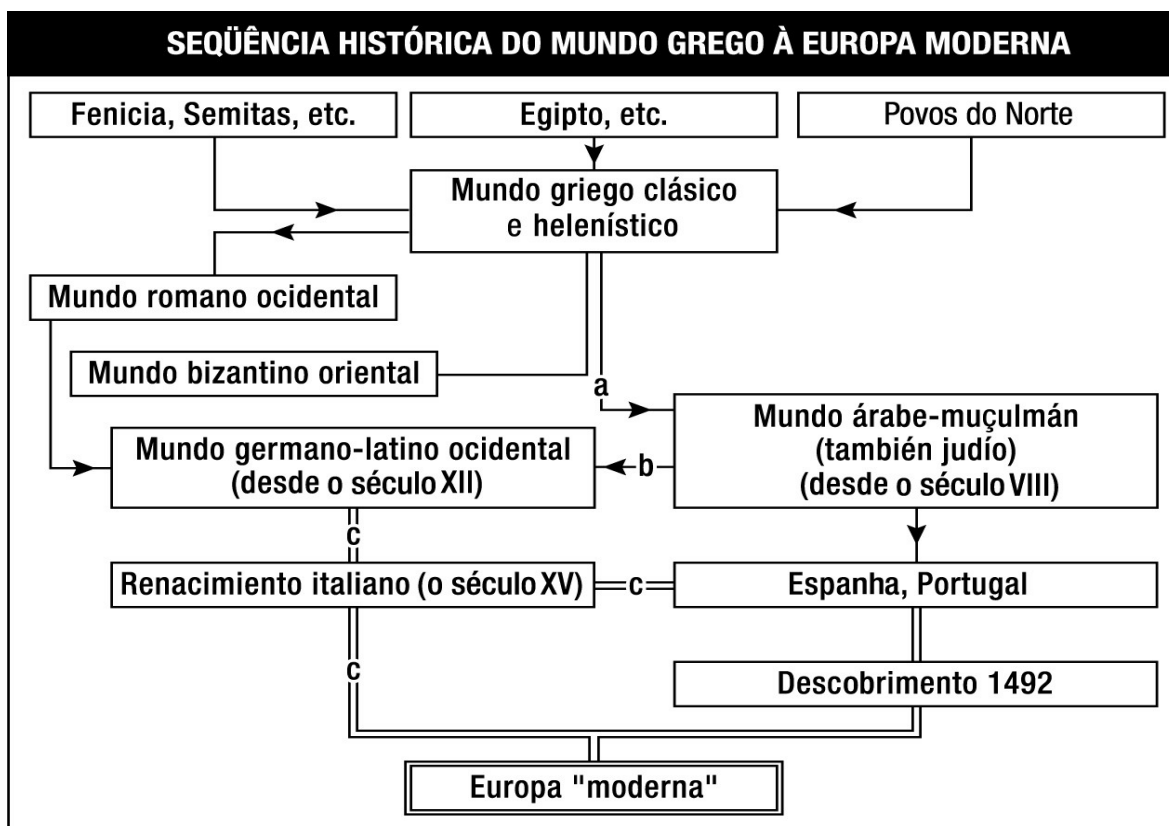
A partir dos três pilares: Modernidade, Colonialidade e Eurocentrismo, vai-se buscar compreender algumas das falácias do modelo desenvolvimentista da modernidade, por meio do aprofundamento sobre o entendimento da formação do discurso desenvolvimentista, a criação de um domínio de pensamento e ação do subdesenvolvimento e em consequência disto, a formação do Terceiro Mundo e, por fim, como esses discursos ajudaram a consolidar o binarismo entre Estados desenvolvidos e subdesenvolvidos.

2.1 EUROPA E EUROCENTRISMO

A Europa não nasce como um “modelo perfeito” a ser seguido. Toda sua construção se baseia de contatos com outras culturas e civilizações. Porém essa parte da história sempre passou em branco, ou seja, o que foi e é mostrado, é a imagem de uma Europa berço da história mundial e conseqüentemente, berço da modernidade. Como argumenta Dussel (2005), não há uma história universal até 1492, mais sim histórias justapostas. Nesse sentido, o autor expõe que a “mitológica Europa é filha de fenícios, logo, de um semita. Esta Europa vinda do Oriente é algo cujo conteúdo é completamente distinto da Europa “definitiva” (a Europa *moderna*)” (DUSSEL, 2005, p. 25).

Para ilustrar melhor essa ideia, duas figuras a seguir demonstrarão o percurso da cultura grega chegando à Europa Moderna. A primeira figura representa o processo da sequência histórica do Mundo Grego até a construção da Europa Moderna, um percurso indireto e compartilhado com o mundo mulçumano/oriental. A segunda figura vai enfatizar como não existia uma história mundial até 1492 e busca demonstrar o contato das grandes culturas até o século XV.

Figura 1 – Sequência histórica do mundo Grego à Europa Moderna.



Fonte: DUSSEL, 2005, p. 26.

Figura 2 – Culturas em contato no final do século XV



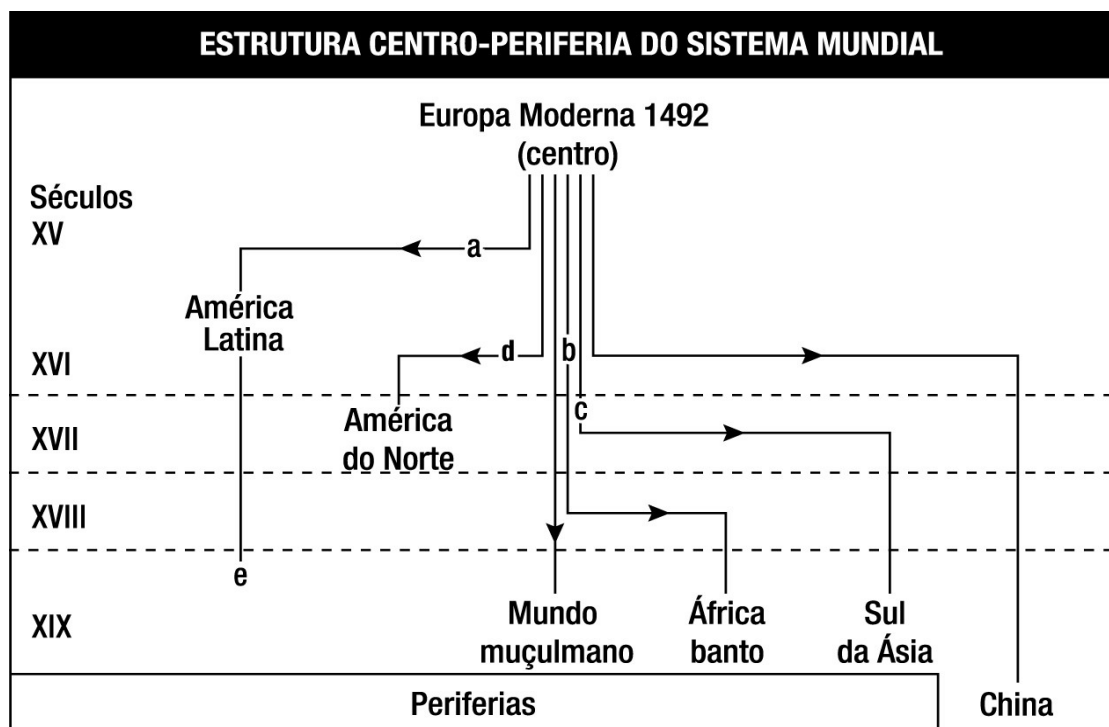
Fonte: DUSSEL, 2005, p. 28.

Através das duas figuras percebe-se que não há uma história universal até 1492, e muito menos que a Europa seja o centro dela. O que existe de acordo com Dussel são contatos, e a

Europa nasce do resultado dos mesmos. Porém a partir da ideia de Europa Moderna, a mesma se auto intitula superior, principalmente no tocante ao tema do desenvolvimento (CASTRO-GÓMEZ; GROSGOUEL, 2007).

A partir de 1492, a Espanha abriu a primeira etapa da modernidade: “o mercantilismo mundial” (DUSSEL, 2005, p. 29). Sendo esta etapa o primeiro passo da construção da história mundial universal, tendo a Europa como centro. Conseqüentemente a isso, esta Europa Moderna centro da história mundial, desde 1492, transformou todas as outras culturas em sua periferia (DUSSEL, 2005). Neste momento iniciou-se a construção do sentido eurocêntrico da Modernidade:

Figura 3 – Estrutura centro/periferia do sistema mundial



Fonte: Dussel, 2005, p. 29.

Dussel (2005) argumenta que a construção da ideia de Modernidade se dá a partir das experiências que os Estados europeus passaram³⁰, sendo apenas essas aceitas conducentes ao progresso de fato. Essa visão restrita será denominada de eurocêntrica, pois a mesma só

³⁰ “Segue-se uma sequência espacial-temporal: quase sempre se aceita também o Renascimento Italiano, a Reforma e a Ilustração alemãs e a Revolução Francesa [...], ou seja: Itália (século XV), Alemanha (séculos XVI-XVIII), Inglaterra (século XVII) e França (século XVIII)” (DUSSEL, 2005, p. 28).

possibilitou indicar pontos de partida para a Modernidade a partir das ocorrências europeias, sendo esta a única a ter a capacidade de explicar e aplicar tal processo nos demais Estados (DUSSEL, 2005).

Desta forma a ideia de eurocentrismo nasceu a partir da transformação das demais culturas em periféricas, em 1492. Nesse sentido, somente através do modelo europeu de Modernidade, os demais Estados teriam a chance de ter um progresso racional e válido. Esse modelo moderno eurocêntrico acaba atingindo todas as dimensões da vida social, isto é, o eurocentrismo³¹ acaba lançando-se sobre todas as dimensões: cultura, educação, economia, política e etc.; construindo assim um conjunto hegemônico (QUIJANO, 2005).

Os paradigmas eurocêntricos hegemônicos influenciaram o sistema-mundo, tornando-o “patriarcal/capitalista/colonial/moderno” (GROSGOUEL, 2008). Em termos históricos, essa influência possibilitou o homem³² ocidental, principalmente o homem europeu, a lançar seu conhecimento como o único capaz de alcançar a percepção universal. Como também se auto intituiu superior e assim rejeitou o conhecimento não ocidental, denominando-o como incapaz de alcançar tal conhecimento sem a intervenção do modelo europeu (GROSGOUEL, 2008). Um exemplo desse pensamento de superioridade e do modelo intervencionista são as etapas de W. W Rostow. O autor dissertou nesta teoria da modernização que os Estados periféricos deveriam passar pelas cinco etapas propostas, para chegarem à decolagem econômica. Para executarem essas etapas era essencial a presença de um Estado desenvolvido, pois somente estes poderiam fornecer condições necessárias para a decolagem econômica nos países periféricos (MASO, 2011). Diante disto, compreende-se que o eurocentrismo é o ponto de vista que parte da Europa, tornando-a modelo universal para todos os demais Estados. Apesar de o autor ser norte-americano, o mesmo pensa a partir do modelo de modernidade ocidental, ignorando a realidade dos demais Estados.

A ideia de um modelo de Modernidade universalista acabou gerando binarismos como, por exemplo, superiores e inferiores, racionais e irracionais, primitivos e civilizados, os tradicionais e os modernos (QUIJANO, 2005). Em outras palavras:

³¹ O eurocentrismo é um dos pontos fundamentais para a reprodução da colonialidade como bem argumenta Quijano: A elaboração intelectual do processo de modernidade produziu uma perspectiva de conhecimento e um modo de produzir conhecimento que demonstram o caráter do padrão mundial de poder: colonial/moderno, capitalista e eurocentrado. Essa perspectiva e modo concreto de produzir conhecimento se reconhecem como eurocentrismo. Eurocentrismo é, aqui, o nome de uma perspectiva de conhecimento cuja elaboração sistemática começou na Europa Ocidental antes (2005, p. 9).

³² Esse homem ocidental detentor do conhecimento racional produz abordagens do conhecimento através dos olhos de Deus, como assim argumenta Grosfoguel (2008).

Ao construir-se a noção de universalidade a partir da experiência particular (ou paroquial) da história europeia e realizar a leitura da totalidade do tempo e do espaço da experiência humana do ponto de vista dessa particularidade, institui-se uma universalidade radicalmente excludente (LANDER, 2005, p. 10).

Observa-se que a construção do modelo europeu moderno deu lugar a pensamentos excludentes e radicais, fazendo com que os Estados tivessem apenas uma via de mão única como caminho para o alcance da Modernidade.

De acordo com o exposto, percebe-se que a partir de 1492 nasceu a ideia do eurocentrismo, visto que a Europa nesse período tornou-se o centro da história mundial e assim subalternizou as demais culturas existentes. A partir da noção de Europa Moderna, a falácia da Modernidade se espalhou, pois com a auto intitulação da Europa como provedora do progresso, o restante do mundo se tornou primitivo e/ou tradicional (ESCOBAR, 2007).

Portanto, as outras formas de organização da sociedade, as outras formas de conhecimento e as outras formas de ser foram denominadas não só como diferentes, mas também como arcaicas, primitivas, pré-modernas, carentes (LANDER, 2005). Sendo assim, são experiências colocadas em momentos anteriores ao desenvolvimento histórico. Como argumenta Boaventura de Sousa Santos, são criadas linhas abissais, isto é, do outro lado da linha estão todas as experiências desperdiçadas, autores não reconhecidos, populações que foram tornadas invisíveis (2007). Todo esse processo de inferiorização do “outro” se intensificou através da Modernidade e com os processos de desenvolvimento.

2.2 MODERNIDADE E O MODELO DESENVOLVIMENTISTA

A modernidade intensificou o processo de exclusão das demais populações, isto é, não ocidentais. Essas separações serviram como peça fundamental para o estabelecimento da divisão do mundo em europeu (ocidental, moderno, avançado) e os outros, o restante da população e culturas do mundo (LANDER, 2005). Assim, observa-se que o processo de

modernização está ligado de forma intrínseca à reprodução da colonialidade³³ (MALDONADO-TORRES, 2007). Através da reprodução da colonialidade por meio da modernidade, criaram-se modelos coloniais de saberes, de linguagem, do imaginário (QUIJANO, 2005), como também o modelo colonial de desenvolvimento, que se tornou o único modelo aceitável para o progresso imposto pelos Estados desenvolvidos.

O paradigma da modernidade surge no final do século XV (DUSSEL, 2005). Esse novo paradigma da vida e da compreensão da história tomou maior impulso no século XVII, com a entrada da América do Norte no “jogo”. Os Estados Unidos neste momento inseriu-se no modelo de Modernidade europeu. Após esse salto histórico, a ideia de modernidade tomou força através do discurso desenvolvimentista espalhado pelos tomadores de decisões, como sendo o modelo certo a ser seguido. O problema que esses discursos carregavam e carregam são as imagens dos demais Estados do mundo como incapazes de criarem seus próprios modelos de crescimento. Para além da imagem, acabam não dando espaço para os Estados desenvolverem seus próprios caminhos, influenciando-os assim a aderirem apenas às formas ocidentais³⁴ de crescimento (ESCOBAR, 2007). O discurso a seguir do ex-presidente dos Estados Unidos, Truman, demonstrou como a ideia de desenvolvimento era vislumbrada:

Más de la mitad de la población del mundo vive en condiciones cercanas a la miseria. Su alimentación es inadecuada, es víctima de la enfermedad. Su vida económica es primitiva y está estancada. Su pobreza constituye un obstáculo y una amenaza tanto para ellos como para las áreas más prósperas. Por primera vez en la historia, la humanidad posee el conocimiento y la capacidad para aliviar el sufrimiento de estas gentes... Creo que deberíamos poner a disposición de los amantes de la paz los beneficios de nuestro acervo de conocimiento técnico para ayudarlos a lograr sus aspiraciones de una vida mejor... Lo que tenemos en mente es un programa de desarrollo basado en los conceptos del trato justo y democrático... Producir más es la clave para la paz y la prosperidad. Y la clave para producir más es una aplicación mayor y más vigorosa del conocimiento técnico y científico moderno (TRUMAN, 1964, apud, ESCOBAR, 2007).

³³ Não será relacionada ao mesmo termo de colonialidade do séc. XVI - sobre a formação e administração de colônias. Mas sim, ressaltar meios que podem influenciar ou construir padrões de comportamento e racionalidade, baseando-se no interior do cânone ocidental, ou seja, meios que podem subalternizar as múltiplas dimensões da vida social.

³⁴ Essa nova forma Ocidental de conhecimento agora possui os Estados Unidos como um dos norteadores.

O discurso acima apresentado só reforçou a ideia de que as mensagens dos tomadores de decisões possuíam influências sobre os demais países. Como também reforçou a ideia de superioridade do conhecimento Ocidental, como assim destacado ao final da fala de Truman: “a chave para a prosperidade seria a aplicação maior do conhecimento técnico e científico moderno” (TRUMAN, 1964, tradução nossa). Outro ponto a ser destacado no discurso de Truman é a tentativa do mesmo de alavancar a ideia de desenvolvimento por meio do crescimento econômico.

De acordo com Grosfoguel: “o discurso desenvolvimentista oferece uma fórmula colonial de como se assemelhar ao Ocidente” (2008, p. 135). Assim como os discursos, os mecanismos de classificação³⁵ dos Estados e o modelo teórico dominante, apresentados no capítulo anterior foram criados e disseminados no mundo como as etapas a serem seguidas pelos países periféricos para o alcance do desenvolvimento. Esses elementos também ajudaram no processo de influência sobre os Estados, como consolidação num primeiro momento da relação do desenvolvimento à ideia economicista (ESCOBAR, 2007).

Organismos internacionais como o Banco Mundial e o FMI participaram desse processo de condução da influência para o restante dos países, carregando a imagem dos Estados ocidentais. Estas entidades possuíram papéis importantes neste ponto. Por exemplo, o Banco Mundial possuía forte influência do modelo Moderno eurocêntrico e econômico. Essa influência era tão presente que, em seus discursos ficava evidente o peso desse modelo sobre as políticas de desenvolvimento oferecidas para os demais Estados como maneiras corretas de se desenvolver. Um dos programas do Banco Mundial que será apresentado ocorreu em 1950. Esse programa tinha como objetivo a reforma por parte do BM nas áreas mais fundamentais economicamente para a Colômbia, a fim de tirar o país das condições de pobreza e assim, que o mesmo pudesse adquirir condições de desenvolvimento pleno:

Hemos interpretado nuestros términos de referencia como la necesidad de un programa integral e interior consistente... Las relaciones entre los diversos sectores de la economía colombiana son muy complejas, y ha sido necesario un análisis exhaustivo de las mismas para desarrollar un marco consistente. Esta, entonces, es la razón y justificación para un programa global de desarrollo. Los esfuerzos pequeños y esporádicos solo pueden causar un pequeño efecto en el marco general. Solo mediante un ataque generalizado a través de toda la economía sobre la

³⁵ São as listas do CAD/OCDE que classificam os Estados em doadores e receptores (Tabela 2 e 3). E a avaliação da ONU dos países desenvolvidos e em desenvolvimento. Os dois pontos forma dissertados no capítulo I.

educación, la salud, la vivienda, la alimentación y la productividad puede romperse decisivamente el círculo vicioso de la pobreza, la ignorancia, la enfermedad y la baja productividad. Pero una vez que se haga el rompimiento, el proceso del desarrollo económico puede volverse autosostenido [...] Colombia cuenta con una oportunidad única en su larga historia. Sus abundantes recursos naturales pueden ser tremendamente productivos mediante la aplicación de técnicas modernas y prácticas eficientes (International Bank, 1950: XV, apud, ESCOBAR, 2007, p. 53-54).

Esse discurso expressa mais uma vez a superioridade dos projetos do bloco Ocidental. Que atuaram por meio da ideia de aplicação do conjunto hegemônico sobre as necessidades básicas dos Estados periféricos, atingindo assim todas as dimensões sociais dos mesmos (QUIJANO, 2005). Neste contexto as ações do BM proporcionaram ambientes favoráveis para a manutenção do poder Ocidental no Sistema Internacional (MASO, 2011).

Fica claro nos dois discursos apresentados que a única via para se desenvolver resumia-se em seguir as políticas propostas pelo Ocidente, sendo esse desenvolvimento uma “oportunidade única no seu processo histórico” (ESCOBAR, 2007, p. 55, tradução nossa).

Apresentando um exemplo mais recente de processos que levam os Estados a se assemelharem aos modelos de desenvolvimento Ocidental são as políticas desenvolvidas pela ONU. Como exposto no capítulo I, o desenvolvimento sofreu várias alterações durante o decorrer da sua história. Por conta disto, novos mecanismos de manutenção de poder sobre os demais Estados também evoluíram. De acordo com Escobar, apesar da concepção de desenvolvimento agora incluir metas humanitárias e a preservação da liberdade, o desenvolvimento continua sofrendo influência das mesmas linhas de ideias ocidentais (2007). Ou seja, a concepção apenas mudou em alguns aspectos, mas o percurso para o alcance do desenvolvimento continua sob o julgamento ocidental.

Por meio da disseminação histórica da ideia de desenvolvimento pelo ocidente, o mesmo acabou se tornando uma meta para o restante do mundo. Visto que a partir da auto intitulação do Ocidente como o modelo de desenvolvimento a ser seguido, os Estados subdesenvolvidos (ou Estados do Terceiro Mundo³⁶) tinham a necessidade de atingir o mesmo patamar (ESCOBAR, 2007). Como mencionado no capítulo I, até mesmo para receber a Ajuda para o desenvolvimento, os Estados subdesenvolvidos passam pela avaliação da OCDE para serem classificados como aptos ou não a receberem os financiamentos para o

³⁶ *Las representaciones de Asia, África y América Latina como “Tercer Mundo” y “subdesarrolladas” son las erderas de na ilustre genealogía de concepciones occidentales sobre esas partes del mundo* (ESCOBAR, 2007, p. 25).

desenvolvimento. Portanto, o ato de se desenvolver segue de certa forma uma sequência, determinada por uma lógica europeia. O primeiro passo seria estar apto a receber o financiamento, de acordo com as Instituições ocidentais. Após estar dentro da lista dos Estados receptores, devem seguir projetos inflexíveis para adaptação à realidade desses Estados, seguindo então o modelo de desenvolvimento que parte da experiência do ocidente. Por fim, por meio desse pacote, tentar alcançar o desenvolvimento pleno. Nessa sequência elaborada, observa-se que o modelo desenvolvimentista europeu se apresenta na forma de etapas a serem seguidas pelos demais Estados para o alcance do desenvolvimento (BALLESTRIN, 2013).

A rotulação dos demais Estados do mundo em zonas periféricas que apresentavam problemas ou eram países atrasados em nível de desenvolvimento fez com que os Estados europeus juntamente com os Estados Unidos possuíssem a “responsabilidade” de explorá-los, implantando nesses países o seu modelo desenvolvimentista (GROSFUGUEL, 2008).

Tal atitude abriu espaço para que os Estados desenvolvidos pudessem justificar suas intervenções política e econômica sobre os Estados classificados como subdesenvolvidos. Essas justificativas ocorreram a partir do tratamento da visão do Outro como atrasado e subdesenvolvido. E por sua vez, a exploração e a criação de modelos de conhecimento ditos racionais tornaram-se justificáveis em nome do desenvolvimento (GROSFUGUEL, 2008). Dussel disserta que o processo da Modernidade acabou tornando a vítima em culpada por todas as violências/ intervenções que ocorreram. Visto que ao negar a implantação da Modernidade, ou seja, o desenvolvimento, medidas mais severas foram justificadas como necessárias para o progresso das demais populações. Em razão disto, “a Modernidade definiu-se como “emancipação” no que diz respeito ao “nós”, mas não percebeu seu caráter mítico-sacrificial com relação aos “outros” (DUSSEL, 2005, p.31).

Os resultados prometidos pela implantação desse modelo de Modernização não atingiu as melhoras esperadas. Na verdade esse modelo desenvolvimentista produziu o efeito contrário. O desenvolvimento levou para as populações o aumento maciço da miséria, fome, o próprio subdesenvolvimento e crises, resultando na pobreza crescente (ESCOBAR, 2007). De acordo com Escobar, o desenvolvimento ao mesmo tempo em que aumentou a pobreza, possibilitou também mais uma forma de administração dos Estados ocidentais sobre os periféricos. Agora esses Estados justificariam suas intervenções na saúde, educação, higiene, moralidade e bons hábitos, sob o suporte do modelo desenvolvimentista (ESCOBAR, 2007).

Apesar dos Estados ocidentais intervirem em praticamente todas as áreas dos Estados subdesenvolvidos, o não funcionamento das suas políticas persistiu. Eis o desempenho negativo do modelo desenvolvimentista em números: o Relatório sobre o Desenvolvimento Humano disponibilizado pela ONU demonstra que: “os 20% mais ricos da humanidade (Europa Ocidental, Estados Unidos e o Japão) consomem 82% dos bens da Terra, enquanto os 60% mais pobres (periferia) consomem apenas 5.8% dos bens” (PNUD, 1992, p. 35, apud DUSSEL, 2005, p. 33).

Diante disto, a Modernidade Ocidental se apresenta então como uma falácia e/ ou mito. Esta Modernidade se transforma em um mito que oculta a colonialidade (BALLESTRIN, 2013). E diante do que foi dissertado sobre os falsos resultados que a Modernidade propõe, Dussel propõe compreender o mito da Modernidade da seguinte maneira:

1. A civilização moderna autodescreve-se como mais desenvolvida e superior (o que significa sustentar inconscientemente uma posição eurocêntrica).
2. A superioridade obriga a desenvolver os mais primitivos, bárbaros, rudes, como exigência moral.
3. O caminho de tal processo educativo de desenvolvimento deve ser aquele seguido pela Europa (é, de fato, um desenvolvimento unilinear e à européia o que determina, novamente de modo inconsciente, a “falácia desenvolvimentista”).
4. Como o bárbaro se opõe ao processo civilizador, a práxis moderna deve exercer em último caso a violência, se necessário for, para destruir os obstáculos dessa modernização (a guerra justa colonial).
5. Esta dominação produz vítimas (de muitas e variadas maneiras), violência que é interpretada como um ato inevitável, e com o sentido quase-ritual de sacrifício; o herói civilizador reveste a suas próprias vítimas da condição de serem holocaustos de um sacrifício salvador (o índio colonizado, o escravo africano, a mulher, a destruição ecológica, etcetera).
6. Para o moderno, o bárbaro tem uma “culpa” (por opor-se ao processo civilizador) que permite à “Modernidade” apresentar-se não apenas como inocente mas como “emancipadora” dessa “culpa” de suas próprias vítimas.
7. Por último, e pelo caráter “civilizatório” da “Modernidade”, interpretam-se como inevitáveis os sofrimentos ou sacrifícios (os custos) da “modernização” dos outros povos “atrasados” (imaturos), das outras raças escravizáveis, do outro sexo por ser frágil, etcetera (2005, p. 30).

O processo de Modernidade a partir do mito acima exposto produziu então conhecimentos que demonstram um padrão do poder no mundo, sendo este colonial e eurocêntrico (BALLESTRIN, 2013).

Entendendo de que maneira a colonialidade existe neste modelo de desenvolvimento, possíveis saídas para os Estados subdesenvolvidos serão apresentadas. Um caminho para

desprender-se do modelo de Modernidade é o processo de começar a enxergar o “Outro”. Em outras palavras é romper³⁷ com as linhas que separam as formas de pensamento e ação da Modernidade europeia, construindo caminhos alternativos a partir do Sul global (SANTOS 2007).

Por sua vez, Dussel apresenta primeiramente os caminhos que não devem ser seguidos, como os projetos pré-modernos, pós-modernos, ou anti-modernos (2005). A orientação para transcender a Modernidade é o projeto “Transmoderno”, que consiste na co-realização do que o autor chama de impossível para o projeto da Modernidade, ou seja, a existência e a relação entre o centro/periferia; homem/mulher; as diversas raças, classes, e as diversas etnias. Sem existir um processo de subalternização do Outro, e sim que exista “uma incorporação partindo da Alteridade” (DUSSEL, 2005, p. 31).

2.3 COLONIALIDADE DO SER, DO SABER E DO PODER.

Nas seções anteriores realizou-se a discussão sobre como o modelo desenvolvimentista produz uma postura de colonialidade. Mas o que seria a colonialidade? A partir desse questionamento, será apresentado o tripé da colonialidade, são eles: colonialidade do ser, do saber e do poder. A compreensão dos três formatos é interessante para que haja o entendimento das diferenças existentes dentro desta linha de pensamento, como também a ligação entre o conceito e a ideia de construção de Estados desenvolvidos e subdesenvolvidos.

Com o fim das administrações coloniais, iniciou-se a vida no mundo pós-colonial. Atualmente observamos a passagem do colonial³⁸ moderno para a colonialidade global (CASTRO-GÓMEZ; GROSFUGUEL, 2007). Os Estados classificados atualmente como subdesenvolvidos ou periféricos vivem sob uma colonialidade global. Isso ocorre por que existem políticas (regras) impostas no sistema internacional, principalmente, quando o

³⁷ Essa ruptura é denominada por Boaventura como pensamento pós-abissal. O pensamento abissal de acordo com o autor cria exclusões sociais. E somente através da eliminação das linhas abissais que dividem os pensamentos em racionais e irracionais, os Estados em avançados e atrasados; uma pluralidade de conhecimentos serão reconhecidos (SANTOS, 2007).

³⁸ “A palavra “colonial” não designa apenas o “colonialismo clássico” ou um “colonialismo interno”, nem pode ser reduzida à presença de uma “administração colonial”” (GROSFUGUEL, 2008, p. 126).

assunto é o financiamento do desenvolvimento, a serem seguidas para a obtenção do financiamento ou até mesmo para serem classificados como Estados aptos a receberem a “Ajuda”. As principais entidades que regem o sistema de financiamentos são o FMI, o BM, o Pentágono e a OTAN (BALLESTRIN, 2013).

Baseando-se nesta estrutura, os países periféricos são submetidos à manutenção de políticas coloniais, mesmo sem estarem sujeitos a uma administração colonial. A palavra “colonial” utilizada aqui aborda as diversas maneiras de entendimento sobre a mesma. Como, por exemplo, entende-se por colonial “pressão/exploração cultural, política, sexual e econômica de grupos étnicos/radicalizados subordinados por parte de grupos étnicos-raciais dominantes, com ou sem a existência de administrações coloniais” (GROSGUÉL, 2008, p. 127).

À luz da compreensão de que não há mais administrações coloniais e de que o significado de colonial não se reduz apenas a uma única forma, verifica-se que entender a colonialidade³⁹ permite perceber a continuidade de outras formas de controle após o fim dessas administrações. A ilusão de uma descolonização do mundo acaba contribuindo para a invisibilidade da colonialidade no presente (GROSGUÉL, 2008). Essa continuidade da colonialidade apresenta-se por três maneiras: ser, poder e saber. A identificação dessas três formas permite denunciar as continuidades da colonização por parte dos países desenvolvidos. Visto que a reprodução da colonialidade por essas três dimensões se dá pelo reconhecimento de um povo sobre suas faltas e excessos, e isso se torna um ponto fundamental da postura colonial (MALDONADO-TORRES, 2007).

Por sua vez, a colonialidade do poder é um conceito criado por Aníbal Quijano em 1989. Esse conceito expõe de maneira simples que a colonialidade nas relações econômicas e políticas entre os Estados não findaram com o fim do colonialismo formal ou direto (QUIJANO, 2007). O objetivo do conceito apresenta-se por duas vias: tenta demonstrar as maneiras de continuidade da dominação, que são produzidas pelas culturas e estruturas coloniais (BALLESTRIN, 2013). A superioridade designada ao conhecimento europeu sobre as múltiplas dimensões da vida social apresenta-se como colonialidade do poder. Pois acaba

³⁹ Vale ressaltar a diferença entre colonialismo e colonialidade. Colonialismo refere-se restritamente a uma estrutura de dominação e exploração, onde o controle da autoridade política, dos recursos de produção e do trabalho das pessoas é determinado por uma sede central que não está localizada em seu território [...] Colonialidade provou nos últimos 500 anos ser mais profunda e duradoura que o colonialismo, porém emana dele e desta forma é introduzido de forma intersubjetiva no mundo (QUIJANO, 2007, p. 93, tradução nossa).

silenciando, oprimindo e excluindo os conhecimentos não ocidentais (CASTRO-GÓMEZ; GROSGUÉL, 2007).

Por outro lado, a colonialidade do saber expõe fatos que vão além das desigualdades e injustiças. Procura demonstrar as dificuldades que impede o “Outro” de compreender o mundo através das suas concepções sobre o mesmo, ficando ligado apenas às respostas produzidas pelo Ocidente. “O fato de os gregos terem inventado o pensamento filosófico, não quer dizer que tenham inventado O Pensamento” (PORTO-GONÇALVES, 2005, p. 03).

Através da compreensão da estrutura opressora, os autores apresentam a decolonialidade como um caminho para o desprendimento das influências do Ocidente. Os meios que serviram como peças fundamentais para a exploração e dominação dos não ocidentais, são meios que persistem na contemporaneidade. A decolonialidade traz a ideia de um processo que procura transcender a colonialidade (BALLESTRIN, 2013). Esse processo consiste na luta contínua contra a colonialidade, que se apresenta como uma tarefa urgente para se libertar do padrão colonial de poder mundial. Não se rejeita por completo a Modernidade, mas busca-se construir Modernidades alternativas que contemplem as mais diversas sociedades (BALLESTRIN, 2013).

CAPÍTULO 3 – ANÁLISE DOS EDITAIS PARA O DESENVOLVIMENTO E O COMBATE À POBREZA

Neste capítulo será apresentada a análise dos dezesseis editais escolhidos. Esses editais são provenientes de sete Estados, mais a União Europeia: Reino Unido; Estados Unidos; Japão; Austrália; Canadá; Brasil; e Alemanha. A escolha de cada uma delas foi realizada a partir de uma primeira pesquisa exploratória, onde se constatou uma regularidade significativa nas publicações de editais para financiamento de projetos de desenvolvimento e combate à pobreza por parte dessas entidades.

Como apresentado no capítulo I, essas entidades estatais são classificadas como desenvolvidas (tabela 2) por organizações do sistema internacional, com exceção do Brasil, que está classificado como Estado receptor desses financiamentos (tabela 3). Mas o Brasil será analisado como financiador de projetos de desenvolvimento e combate à pobreza, pois é o lugar onde se fala e o local onde foi realizada a pesquisa.

A fim de facilitar a análise, foram produzidos quadros nos quais estão sistematizadas algumas das informações contidas nesses editais. Os quadros que serão apresentados estão estruturados em resumos⁴⁰ que destacam quatro requisitos: o nome do edital⁴¹, as áreas financiáveis⁴², as entidades elegíveis⁴³, os valores disponíveis⁴⁴ e as prioridades de cada edital⁴⁵. Esses pontos foram selecionados a partir dos elementos que cada edital expõe como essenciais para que os projetos se desenvolvam como requisitos de elegibilidade para os interessados em obter os recursos disponibilizados.

O intuito desta análise é demonstrar o que cada Estado prioriza nos projetos como meio de alcançar ou promover o desenvolvimento e o combate à pobreza. Desta forma, com base nos capítulos anteriores, compreendem-se o modelo eurocêntrico de desenvolvimento, como

⁴⁰ Os links dos editais serão disponibilizados nos apêndices para que o leitor possa verificar cada edital por completo, caso tenha o interesse de conhecer mais sobre os mesmos.

⁴¹ No ponto “Edital” contém as seguintes informações: o ano em que foi divulgado, o título do mesmo e para qual ou quais países o financiamento é destinado.

⁴² Quais são as áreas que os projetos precisam abordar para concorrer ao financiamento.

⁴³ Traz as informações das entidades que são aptas para concorrer pelo financiamento de acordo com as prioridades do edital.

⁴⁴ Os valores apresentam o montante disponível para cada projeto, ou apenas o valor total que o financiador disponibiliza para o edital.

⁴⁵ Neste ponto, será destacado o que cada edital prioriza ter no projeto, para o alcance de suas metas. Como também o que destacam como essencial para o alcance do desenvolvimento e o combate à pobreza.

também, as formas da colonialidade - do ser, do saber e do poder. Esses elementos são o suporte do estudo e os mesmos poderão ser identificados nestes editais, que, segundo a análise, podem ser observados como mais uma ferramenta de propagação do modelo colonialista.

3.1. AS PRIORIDADES DOS EDITAIS

A elaboração dos quadros ocorreu da seguinte maneira: cada organização estatal terá um quadro, que resume dois editais provenientes da entidade. Esses quadros vão explorar as prioridades que cada país destaca como essenciais para os projetos, tornando-os aptos para promoverem o desenvolvimento e o combate à pobreza nas regiões específicas, enfatizada nos respectivos editais.

Quadro 1 – ALEMANHA

Edital	Áreas financiáveis	Entidades elegíveis	Valores	Prioridades
Apoio financeiro para projetos de pequeno porte. Ano: 2015. País receptor: Brasil.	População mais carente; sustentabilidade; economia; dimensão social e meio ambiente.	Repartições públicas; ONGs e igrejas.	Orçamento máximo por projeto de R\$ 25.000.00.	Projetos que promovam a melhora na renda; alimentação; proteção ao meio ambiente; aquisição de materiais agrícolas; plantio de árvores; serviços de saúde e instalações sanitárias. Projetos que financiam a compra de materiais para asilos e orfanatos. Duração do projeto: não poderão ultrapassar 6 meses.
Fundo para Microprojetos. Ano: 2015. País receptor: Moçambique.	Saúde, educação e formação.	Organizações não governamentais nacionais, grupos de autoajuda, igrejas locais e associações reconhecidas.	Os valores de financiamento são fixos em EUR 4.000 a EUR 12.000. Somente em casos excepcionais muito bem fundamentados, o valor do financiamento poderá chegar a EUR 25.000.	Promoção do desenvolvimento econômico ou social em Moçambique; melhorar as necessidades básicas das camadas mais pobres e os mais desfavorecidos entre a população, prestando contribuição direta para a redução da pobreza no país.

Quadro 2 – AUSTRÁLIA

Edital	Áreas financiáveis	Entidades Elegíveis	Valor	Prioridades
Programa de Ajuda Direta. Ano: 2015. País receptor: Brasil.	Desenvolvimento das comunidades e pessoas desfavorecidas.	Organizações sem fins lucrativos e indivíduos.	AUD \$5.000 e AUD \$40.000.	Projetos que busquem o aumento do poder econômico; a redução da pobreza; igualdade de gênero; atenda as necessidades das crianças, jovens e demais grupos em situação desfavorável; e que promovam a conservação do meio ambiente. Duração do projeto: um ano.
Programa de Ajuda Direta – Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Guiné Bissau. Ano: 2015.	Desenvolvimento da comunidade; redução da pobreza; geração de renda; educação; saúde; direitos humanos; saneamento básico; boa governança; desenvolvimento rural; igualdade de gênero; proteção ao meio ambiente e ajuda humanitária.	Grupos comunitários; organizações sem fins lucrativos; ONGs nacionais ou internacionais; entidades governamentais e instituições acadêmicas.	Financiamento máximo de €7.000 por projeto. Mas o edital também aceitará projetos com orçamento entre os valores de €2.000 a €5.000.	Projetos com resultados mensuráveis, imediatos, diretos e práticos. Projetos que abordem problemas das mulheres, necessidades das crianças, jovens e de outros grupos carentes. A duração do projeto: um ano.

Quadro 3 – BRASIL

Edital	Áreas financiáveis	Entidades elegíveis	Valores	Prioridades
Apoio a projetos de desenvolvimento rural e sustentável. Ano: 2015.	Produção; agroindustrial e; agricultura familiar.	Cooperativas de produção e associações de assentados rurais.	Orçamento de R\$3.000.000.00. Cada projeto deve ter o valor mínimo de R\$50.000.00 e máximo de R\$500.000.00.	Projetos que contemplem os programas estaduais/federais de apoio à agricultura familiar; projetos que contem com parcerias e que estejam devidamente vinculados ao plano agrícola. Duração do projeto: de 12 a 36 meses, dependendo da complexidade do projeto.
Apoio a programas e projetos de extensão. Ano: 2014.	Educação; Cultura e Arte; Pesca e Aquicultura; Promoção da Saúde; Desenvolvimento Urbano; Desenvolvimento Rural; Redução das Desigualdades Sociais e Combate à Extrema Pobreza; Geração de Trabalho e Renda por meio do Apoio e Fortalecimento de Empreendimentos Econômicos Solidários; Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro; Direitos Humanos; Promoção da Igualdade Racial; Mulheres e Relações de Gênero; Esporte e Lazer; Comunicação; Desenvolvimento Regional; Inclusão Produtiva, Defesa Civil e	Instituições Públicas de Ensino Superior.	Financiamento de R\$100 mil por projeto; R\$300 mil por programa.	Projetos que apresentem parcerias ou apoio do município, órgão ou comunidade atendida terão uma pontuação a mais em relação aos outros projetos. Os programas para desenvolvimento rural, cada instituição poderá inscrever três, tendo o direito inscrever um projeto a mais que os demais eixos temáticos. Os programas terão vigência mínima de até 18 meses. Os projetos poderão ter

	Acesso à Água; Justiça e Direito do Indivíduo Privado de Liberdade; Ciência, Tecnologia e Inovação para a Inclusão Social; Meio Ambiente e Recursos Naturais; Relação entre o Estado e a Sociedade, Promoção da Participação Social e Políticas para a Juventude e Modernização da Gestão Pública.			vigência de 1 ano.
--	--	--	--	--------------------

Quadro 4 – CANADÁ

Edital	Áreas financiáveis	Entidades elegíveis	Valores	Prioridades
Fundo Canadá de apoio a iniciativas locais (FCIL). Ano: 2015. País receptor: Zimbabwe.	Prevenção da violência sexual e baseada no gênero; proteção à liberdade de religião; proteção dos direitos humanos e das liberdades fundamentais, incluindo grupos vulneráveis e minorias sexuais; apoio a participação democrática da população, principalmente mulheres e grupos minoritários; reforço a governação econômica, através de mercados livres e comércios favoráveis; desenvolvimento e apoio a pequenos projetos.	Organizações não governamentais; comunidades locais sem fins lucrativos e instituições de ensino locais.	O financiamento está entre US \$10.000 A US \$ 20.000 por projeto.	Projetos que estimulem o crescimento econômico; promova o aumento da segurança alimentar e crie oportunidades para jovens e crianças. Projetos que ajudem outros pequenos projetos de organizações não governamentais locais, conselhos de aldeias, cooperativas e grupos de mulheres. Duração do projeto: um ano.
Fundo Canadá para iniciativas. Ano: 2014. País receptor: Etiópia/Djibouti	Igualdade de gênero; meio ambiente e sustentabilidade.	Grupos comunitários locais ou organizações não governamentais; instituições acadêmicas e organizações internacionais que trabalham na Etiópia.	Projetos destinados para a Etiópia terão orçamento máximo de US \$50.000 canadenses - não possuindo um valor mínimo. Projetos destinados à Djibouti deverão ter orçamento máximo de US \$25.000 canadenses - não há orçamento mínimo.	Projetos que visem à proteção aos direitos humanos e as liberdades fundamentais, incluindo a liberdade e os direitos das pessoas LGBT; prevenção à violência sexual e casamentos forçados; consolidação de um mercado livre e um ambiente favorável para as empresas; foco na ajuda humanitária e; apoio as crises e desastres.

Quadro 5 – ESTADOS UNIDOS

Edital	Áreas financiáveis	Entidades Elegíveis	Valores	Prioridades
<p>Promover o desenvolvimento econômico e melhores condições de vida. Ano: 2014. Países receptores: Estados latino-americanos e do Caribe.</p>	<p>Desenvolvimento econômico, melhorar as condições de vida e populações excluídas.</p>	<p>Grupos de bases e organizações não governamentais (ONGs).</p>	<p>Projetos deverão ter o orçamento de no mínimo US\$25.000 e não poderão ultrapassar US\$400.000.</p>	<p>Soluções inovadoras para os problemas do desenvolvimento; uso criativo dos recursos comunitários; possibilitar a fala da comunidade no desenvolvimento e execução do projeto; possuir parcerias com o governo local; comunidade empresarial e outras organizações da sociedade civil; projetos que fortaleçam o aprendizado. Os projetos poderão durar até 12 meses.</p>
<p>Construindo comunidades mais amplas através de Fundações Comunitárias de aprendizagem. Ano: 2015. Países receptores: Estados latino-americanos.</p>	<p>Educação, formação e investimento social.</p>	<p>Organizações sem fins lucrativos.</p>	<p>US\$50.000.</p>	<p>Projetos que visem à construção de comunidades maiores; desenvolvimento de filantropia comunitária; problemas comunitários; promoção à capacitação de líderes executivos. Projetos que promovam o desenvolvimento profissional e institucional; e projetos que estabeleçam parcerias entre fundações dos Estados Unidos e Canadá. Duração do projeto pode chegar a um ano e seis meses.</p>

Quadro 6 – JAPÃO

Edital	Áreas financiáveis	Entidades Elegíveis	Valores	Prioridades
<p>Assistência a projetos comunitários e de segurança humana. Ano: 2014. País receptor: Brasil.</p>	<p>Assistência comunitária; saúde básica; educação; meio ambiente; assistência social; pobreza; construção; reparo e provisão de equipamentos médicos para hospitais; treinamento profissional para deficientes e; treinamento para a ascensão profissional das mulheres.</p>	<p>Organizações não governamentais (ONGs), Hospitais; Estabelecimentos de ensino básico e outras Organizações sem fins lucrativos.</p>	<p>Valor máximo de dez milhões de ienes. Em casos excepcionais poderão chegar ao valor de vinte milhões de ienes.</p>	<p>As áreas prioritárias são determinadas a cada ano pela missão diplomática no país. Porém os projetos deverão conter dois pontos essenciais – sustentabilidade e impacto social. A duração do projeto poderá chegar a um ano.</p>
<p>Assistência a projetos comunitários e de segurança. Ano: 2013. País receptor: Brasil.</p>	<p>Saúde básica; educação básica; pobreza; assistência social; meio ambiente.</p>	<p>Organizações não governamentais (ONGs), Hospitais; Estabelecimentos de ensino básico e outras Organizações sem fins lucrativos.</p>	<p>Valor máximo de dez milhões de ienes. Em casos excepcionais poderão chegar ao valor de vinte milhões de ienes.</p>	<p>As áreas prioritárias são determinadas a cada ano pela missão diplomática no país. Porém os projetos deverão conter dois pontos essenciais – sustentabilidade e impacto social. A duração do projeto poderá chegar a um ano.</p>

Quadro 7 – REINO UNIDO

Edital	Áreas financiáveis	Entidades Elegíveis	Valores	Prioridades
Fundo de Inovação para o Desenvolvimento Humano. Ano: 2014. País receptor: Tanzânia.	Saúde, educação, setor privado/negócios, água e saneamento.	Organizações não governamentais, Empresas e Instituições Educativas.	De £100.000 a £500.000/ de £500.000 para £1.000.000/ e mais de £1.000.000. (dependendo da complexidade do projeto).	Projetos que busquem abordagens inovadoras e sustentáveis, e que sejam totalmente voltados para os pobres da região. Projetos que visem à redução da pobreza e que promova o desenvolvimento na Tanzânia. Duração do projeto não especificado.
Infraestrutura Comunitária. Ano: 2014. Países receptores: Índia; Quênia; Malawi; Nepal; Paquistão; África do Sul; Tanzânia; Uganda e Zimbawe.	Meios de subsistência, água e saneamento.	Organizações não governamentais (ONGs).	De £500.000 a £1.000.000 e até mais de £1.000.000. (o valor distribuído por cada projeto dependerá da capacidade da organização).	Projetos que busquem o desenvolvimento urbano em cidades do Sul Global. O projeto deve oferecer soluções sustentáveis de saneamento, abrigo e serviços. Os projetos devem preencher a lacuna existente entre governo e as necessidades de mercado. A duração do projeto não é especificada.

Quadro 8 – UNIÃO EUROPEIA

Edital	Áreas financiáveis	Entidades Elegíveis	Valores	Prioridades
Apoio ao fortalecimento de organizações da sociedade civil e autoridades locais. Ano: 2015. País receptor: Brasil.	Mulher e inclusão social; Gestão de resíduos sólidos com enfoque na inclusão social; água e saneamento; planejamento urbano; proteção e conservação do uso sustentável dos recursos naturais; transparência e luta contra a corrupção.	Ator não estatal e autoridades locais.	€8.750.000	Projetos que priorizem a participação construtiva e estruturada das OSC no momento da elaboração e implementação do projeto. Visem iniciativas inovadoras e que possuam impactos sociais, como a redução da pobreza e da desigualdade, promovendo o desenvolvimento.
Apoio financeiro a projetos de estados e municípios. Ano: 2013. Países receptores: Brasil e Estados membros da UE.	Educação, saúde, trabalho, proteção social, moradia, água e saneamento, mobilidade e acessibilidade urbana, qualificação profissional, geração de renda, promoção à qualidade de vida, prevenção às drogas e o combate à pobreza.	Ator não estatal e autoridades locais.	Projetos de atores não estatais – Financiamento mínimo - 300.000 EUR; máximo - 1.000.000 EUR. Projeto de autoridades locais: mínimo – 300.000 EUR; máximo – 400.000 EUR.	Desenvolver planos em áreas de extrema pobreza e que priorizem ações em colaboração de organização da sociedade civil, setor público e setor privado. O projeto deve ser coerente com suas atividades, objetivos bem definidos, grupo de interesse especificado e que se encaixe dentro dos prazos do edital. O projeto deve ter duração de 24 a 48 meses, não podendo exceder esse prazo.

3.2 ANÁLISE

Vale ressaltar que não há intenção de denegrir, ou tentar excluir todos os mecanismos de financiamento e cooperação para o desenvolvimento. Neste trabalho o intuito não é trazer uma ideia niilista, mas sim procurar caminhos alternativos que possam abranger as mais diversas realidades, como também a construção conjunta de projetos de desenvolvimento e o combate à pobreza. Objetiva-se formular respostas mais condizentes com a realidade das populações que necessitam de ajuda, a partir da visão dos mesmos e não por meio do modelo intervencionista de desenvolvimento ocidental.

Ao examinar cada quadro detalhadamente, alguns pontos serão discutidos para que se possa compreender como há propagação da postura colonialista dentro dos editais. O primeiro elemento que é comum nos editais são as áreas financiáveis. Na maioria delas o desenvolvimento possui três níveis básicos: saúde, educação e o desenvolvimento econômico (geração de renda). O segundo elemento seria a forma de progredir dentro dessas três dimensões na concepção do edital. Os editais destacam que esses três pontos precisam ser desenvolvidos dentro das camadas mais pobres e que essas abordagens precisam ser inovadoras e construir em conjunto com a comunidade receptora desse projeto.

No primeiro momento esses editais são muito atrativos, principalmente, porque alguns possuem abertura de construção conjunta, disponibilizam um grande valor para a execução do projeto, como também priorizam áreas que são precárias nos Estados subdesenvolvidos. Mas como argumentado no capítulo II, o discurso desenvolvimentista acaba camuflando a postura colonial. Schurmann argumenta que “A ajuda aos (...) países pobres teria o mesmo efeito dos programas de bem-estar social dentro dos Estados Unidos – dar-lhes-ia segurança para superar o caos e impediria que eles se transformassem em revolucionários violentos” (1974, p. 67. Apud, Arrighi, 1996, p. 285).

É neste momento que alguns elementos devem receber mais atenção. Os editais acima apresentados não têm a intenção de capacitar os cidadãos; Apresentam a sugestão de uma construção conjunta, mas não especificam quais pessoas deverão ser consultadas. Serão as mais pobres da comunidade? Ou as pessoas que representam a comunidade e que não fazem parte do dia-a-dia dela, como prefeitos, vereadores, entre outros? Quais serão os indicadores empregados para mensurar a participação da comunidade nessa “construção conjunta”? É fundamental especificar quem será consultado para elaboração dos projetos, visto que alguns

editais exigem parcerias com entidades políticas locais, porém muitas vezes essas entidades não conhecem as dificuldades vividas por essas pessoas, tendo um conhecimento superficial sobre o mesmo.

Outro ponto são os prazos para a realização dos projetos que são curtos demais, e alguns até exigem resultados mensuráveis rápidos. Na maioria dos editais é prioridade a realização do projeto dentro de um ano. E essa delimitação remete a ideia de que o desenvolvimento ocorre dentro desse um ano e não de forma progressiva. Essa prioridade traz o risco de tornar esses projetos em ações assistencialistas. Abre-se então, espaço para os discursos da necessidade de uma futura renovação da ajuda, em detrimento da construção do desenvolvimento sustentável. Logo essa ideia vai alimentar um sistema de dependência dos Estados subdesenvolvidos para com esses financiamentos.

Vale ressaltar que na maioria dos editais persiste a concepção de desenvolvimento ocorrido pelo viés econômico, visto que muitos ressaltam que os resultados dos projetos devem incluir geração de renda para as famílias, não priorizando outros indicadores de o bem-estar da população. Observa-se então a preservação da ideia de desenvolvimento eurocêntrico, baseando-se no crescimento econômico. Esse pensamento de desenvolvimento pelo viés econômico aparece também no momento da escolha das entidades elegíveis. Alguns editais priorizam empresas, cooperativas ou grupos que possam gerar renda. Porém deve-se ressaltar que as pessoas das periferias muitas vezes não possuem capacitação, não se enquadrando nos projetos das empresas, desta forma ficando de fora dos programas.

Neste sentido os Estados desenvolvidos exercem um papel de *paymaster* (utilizando um linguajar econômico). Esses países financiam o desenvolvimento como uma das saídas para limpar a “imagem” e/ou camuflar interesses perversos de mercado e controle sobre os Estados menos abastados.

Constata-se então que a ideia de desenvolvimento e seu discurso através da criação da imagem do mundo subdesenvolvido e as condições que classificam um país neste modelo abriram caminho para que os Estados desenvolvidos submetessem os demais às mais variadas intervenções e formas de controle sob a justificativa da promoção do desenvolvimento (ESCOBAR, 2007). Um exemplo que se pode encontrar em um dos editais europeus é a abertura para propostas de países membros da União Europeia, para produzirem projetos de promoção do desenvolvimento que deveriam ser executados no Brasil. Então, nota-se que

projetos prontos, com realidade totalmente distinta da brasileira seriam executados no país. Portanto esse é um dos exemplos demonstrados em como a colonialidade se instala nesses mecanismos e assim se propagam entrando nos países através de projeto e discurso desenvolvimentista. O edital britânico também abre espaço para que organizações e empresas de outros Estados possam elaborar e executar projeto dentro de outros países como, por exemplo, o edital destinado para a Tanzânia. Nesses editais em específico não existe uma especificação de que somente empresas e organizações nacionais poderão se candidatar, possibilitando que projetos com realidades distintas sejam executadas no país.

Por sua vez, o Brasil apesar de ser considerado subdesenvolvido, reproduz comportamentos colonialistas dentro do próprio Estado. Nos editais que essa entidade disponibiliza, as prioridades são voltadas para o setor agrícola, destacando então o desenvolvimento do agronegócio. Esse tipo de financiamento não tem ajudado significativamente as parcelas mais pobres. Isso ocorre devido à persistência na crença de desenvolvimento por aumento de produtividade, pra não dizer econômico. O aumento das propriedades para o crescimento produtivo da mesma acabou servindo com uma catapulta para o aumento dos níveis de pobreza nessa região. Por conta da expansão do agronegócio e uma produção rural para exportação há uma diminuição significativa do território dos grupos minoritários como, por exemplo, os indígenas e os camponeses, colocando-os em locais já devastados, sendo esse um dos fatores que acabam contribuindo para o aumento da extrema pobreza para essas populações. Segundo Peráfan, “para o Brasil, segundo os dados do Radar Social 2005 de IPEA, em termos relativos, a área rural é a mais pobre. Embora seja menos populosa (menos do 20% dos brasileiros) é majoritariamente composta por pessoas pobres (57,1%)” (2007, p. 169).

Compreende-se que as formas de propagação das posturas colonialistas nos países subdesenvolvidos ainda continuam sendo ditadas pelas mesmas premissas básicas destacadas no capítulo I e II. A diferença aqui é que não existe mais a repressão por violência ou comando administrativo de um único país, como ocorriam nas colônias. Mas na contemporaneidade há o controle do conhecimento, a propagação modelo do desenvolvimentista europeu e o binarismo entre Estados desenvolvidos e subdesenvolvidos (ESCOBAR, 2007).

4. CONCLUSÃO

Neste percurso, a conclusão a que se chega é de que os editais são mais um mecanismo de propagação da postura colonialista. Apesar da amostra de cada Estado ser pequena, pôde-se observar que o modelo de desenvolvimento eurocêntrico e a ideia de desenvolvimento econômico estão enraizados na abordagem da concepção do desenvolvimento e o combate à pobreza. Se houvesse uma maior incursão em cada país, mais casos de posturas colonialistas seriam encontrados. Portanto, existe a necessidade de rever os programas que promovem o desenvolvimento, pois os mesmos propagam a ideia de se desenvolver pelo viés econômico. E nos capítulos anteriores demonstraram que a crença nesse modelo de desenvolvimento não alcançou resultados positivos, bem pelo contrário, o desenvolvimento levou para as populações o aumento maciço da miséria, fome, o próprio subdesenvolvimento e crises, resultando na pobreza crescente (ESCOBAR, 2007).

Propõem-se então para que ocorra a desvinculação do modelo econômico de desenvolvimento, a resposta e/ou caminho apresentados pela teoria decolonial. Por sua vez, a teoria decolonial aponta como caminho as lutas contínuas contra a propagação desse modelo de desenvolvimento sobre as mais diversas dimensões da vida social. Como também a busca por transcender a colonialidade e, por fim, propõe que essa tarefa seja realizada com urgência para alteração desse padrão de poder colonial (BALLESTRIN, 2013).

No que se refere à cooperação internacional para o desenvolvimento e o combate à pobreza, não foi encontrado nenhum outro exemplo de cooperação que realmente estruturasse os Estados de forma efetiva e alavancasse o desenvolvimento, como ocorreu com os Estados europeus no Plano Marshall.

A meu ver há necessidade de uma construção conjunta, isto é, dos que possuem o capital e dos Estados que realmente precisam. Essa construção conjunta seria mais interessante por que os financiadores do desenvolvimento conseguiriam ver o problema a partir da fala dos que realmente necessitam de ajuda e não da sua própria concepção de mundo, ou do que acham ser certo ou não para aquele grupo. Os mecanismos existentes para a promoção do desenvolvimento possuem potencial incrível para a execução do mesmo. Porém cometem o erro de exercer esse potencial de cima para baixo, formando assim programas e projetos excludentes, que não partem da realidade de quem está recebendo a ajuda. Desta

forma seria necessário que esses mecanismos de ajuda passassem a incluir os demais Estados para contribuir na construção dos programas de desenvolvimento. Em outras palavras, passariam a construir programas diversos, que abordassem as mais variadas realidades, sem dar mais foco em uma ou outra. Vale ressaltar aqui, que a organização de outros meios de desenvolvimento não excluiria os já existentes, pois como mencionado anteriormente não pretendeu apresentar neste trabalho uma ideia niilista, mas sim apresentar um caminho, utópico talvez, mas em busca de ser executável, da existência de diversos modelos de desenvolvimento que partiriam dos Estados menos abastados. Seria uma forma de reconhecer o potencial de cada um deles para construção e execução de programas de desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

AFONSO, M. M; FERNANDES, A. P. **Abcd Introdução à Cooperação para o Desenvolvimento**. Instituto Marquês de Valle Flôr, Lisboa, 2005.

AMARO, R. R. **Desenvolvimento – um conceito ultrapassado ou em renovação?** Da teoria a prática e da prática à teoria. Caderno de Estudos Africanos, 2003 – posto online no dia 25 de julho de 2014. p. 35-70. Disponível em: < <https://cea.revues.org/1573#tocto1n2> > acesso em janeiro de 2017.

ARRIGHI, G. O quarto ciclo sistêmico de acumulação (Norte American). In: **O longo século XX**. Editora: contraponto Unesp, Rio de Janeiro, 1996. p. 277 – 309.

BALLESTRIN, L. **América Latina e o giro decolonial. *Decolonial turn and Latin America***. Revista Brasileira de Ciência Política, nº11. Brasília, maio – Agosto de 2013, p. 89 – 117.

BARRETO, P. Perfil - John Maynard Keynes. Brasília, 2009. Ano 06. Edição 52. Disponível em: < http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2267:catid=28&Itemid=23 > acesso em novembro de 2016.

Conferência Internacional sobre o Financiamento para o Desenvolvimento. Monterrey. México 18-22, Março de 2002. ONU, 2017. Disponível em: < <http://www.un.org/es/conf/ffd/2002/> > acesso em dezembro de 2016.

Desenvolvimento Humano e IDH. Programada Nações Unidas para o Desenvolvimento no Brasil, 2017. Disponível em: < <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0.html> > acesso em dezembro de 2016.

Development Co-operation Directorate (DCD –DAC). Comissão de Ajuda para o Desenvolvimento (CAD) - Membros. 2016. Disponível em: < <http://www.oecd.org/dac/dacmembers.htm> > acesso em novembro de 2016.

DUSSEL, E. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, E. (org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro de 2005. p. 24 - 31. Disponível em: < <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/> > acesso em janeiro de 2017.

Época, vida, filosofia e obras de Adam Smith. Disponível em: <<http://www.economiabr.net/biografia/smith.html>> acesso em novembro de 2016.

ESCOBAR, A. El desarrollo y la antropología de la modernidad. In: **La invención del Tercer Mundo: constucción y desconstrucción del desarrollo**. Caracas. Fundación Editorial el perro y la rana, 2007. p. 19-45.

ESCOBAR, A. Introduction: Development and the Anthropology of Modernity. In: **Encountering Development: The Making and Unmaking of the Third World**. Princeton studies in culture/power/history. 1995. p. 3 -20.

ESCOBAR, A. La Problematización de la Pobreza: la fábula de los tres mundos y el desarrollo. In: **La invención del Tercer Mundo: constucción y desconstrucción del desarrollo**. Caracas. Fundación Editorial el perro y la rana, 2007. p. 47-100.

ESTEVA, G. Desenvolvimento In: SACHS, W. Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis, Editora Vozes. 2000.

GÓMEZ, S. C; GROSGOUEL, R. Giro Decolonial, teoría crítica y pensamiento heteárquico. In: **El Giro Decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá D.C: Siglo del Hombre Editores, 2007. p.9-24.

GROSGOUEL, R. **Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global**. Revista Crítica de Ciências Sociais, 80, Março 2008. p. 115-147.

INAYATULLAH, N.; BLANEY, D. L. **The Westphalian Deferral**. International Studies Review. V2, n°2, Continuity and Change in the Westphalian Order, 2000. p. 29-64. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3186427?seq=1#page_scan_tab_contents> acesso em 02 de agosto de 2016.

THOMAS C; EVANS T. Poverty, development, and hunger. In: JOHN, B.; SMITH, S; OWENS, P. **The Globalization Of World Politics: an introduction to international relations**. New York: Oxford, 2011. 5th Edition. p. 458 – 477.

LANDER, E. (org). Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêtricos. In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Colección Sur

Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro de 2005. p. 8-20. Disponível em: < <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/> > acesso em dezembro de 2016.

MASO, T. F. **As Clivagens de um Discurso Aparente: os acordos educacionais do Banco Mundial com o Brasil entre 1991 e 2002.** 2011. 225 f. Tese de Mestrado em História das Relações Internacionais. Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília/DF, 2011.

MIGNOLO, W. D. El pensamiento decolonial: desprendimiento y apertura. Un manifiesto. In: GÓMEZ, S. C; GROSGOFUEL, Ramón. **El Giro Decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global.** Bogotá D.C: Siglo del Hombre Editores, 2007. p.25-46.

PARDO, R. Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento. Depósito de documentos da FAO. 2017. Disponível em: < <http://www.fao.org/docrep/s5780s/s5780s09.htm> > acesso em dezembro de 2016.

PERAFÁN, M. E .V. **O Território do Desenvolvimento e o Desenvolvimento dos Territórios: o Novo rosto do desenvolvimento no Brasil e na Colômbia.** 2007. 302 f. Tese de Doutorado do programa do Centro de Pós-graduação e Pesquisa sobre as Américas. Universidade de Brasília (CEPPAC-UnB). Brasília/DF, 2007.

PORTO-GONÇALVES, C. W. Apresentação da edição em português. In: LANDER, E. (org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.** Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro de 2005. p. 3 – 5. Disponível em: < <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/> > acesso em janeiro de 2017.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder y clasificación social. In: GÓMEZ, S. C; GROSGOFUEL, R. **El Giro Decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global.** Bogotá D.C: Siglo del Hombre Editores, 2007. p.93-126.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.** Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro de 2005. p. 107 – 127. Disponível em: < <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/> > acesso em janeiro de 2017.

ROSS-LARSON, B.; BIELER, K.; MALLY, M.; DUYN, K. K. **Human Development Report (1992)**. Published for the United Nations Development Programme (UNDP). New York, Oxford University Press, 1992. Disponível em: < http://hdr.undp.org/sites/default/files/reports/221/hdr_1992_en_complete_nostats.pdf> acesso em janeiro de 2017.

SÁNCHEZ, E. R. **Cooperación y Desarrollo: nueve preguntas sobre el tema**. AMYCOS, primera edición, 2002. 126 f. Disponível em: < http://www.ciberoamericana.com/documentos/introcoopdes/Cooperacion_y_desarrollo_Nueve_preguntas_sobre_el_tema.pdf > acesso em dezembro de 2016.

SANTOS, B. S. **Para Além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes**. Novos estudos –CEBRAP, N°79, São Paulo. p.71-94, novembro 2007. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002007000300004> acesso em outubro de 2016.

SEN, A. The Perspective of Freecom. In: **Development as Freedom**. New York: Anchor Books, 1995. p. 13 – 34.

TORRES, N. M. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: GÓMEZ, S. C; GROSFUGUEL, R. **El Giro Decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá D.C: Siglo del Hombre Editores, 2007. p. 127-168.

WALSH, C. Interculturalidad y colonialidad del poder. Un pensamiento y posicionamiento “otro” desde la diferencia colonial. In: GÓMEZ, S. C; GROSFUGUEL, R. **El Giro Decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá D.C: Siglo del Hombre Editores, 2007. p.47-62.

WAY, C. **Relatório Sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (2015)**. United Nations New York, 2015. 76f. Disponível em: <https://www.unric.org/pt/images/stories/2015/PDF/MDG2015_PT.pdf > acesso em janeiro de 2017.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Links dos editais da Alemanha

ALEMANHA

1° Edital: Fundos para microprojetos da Embaixada Alemã em Maputo

Link: <https://financiamentointernacional.wordpress.com/2015/09/30/embaixada-da-alemanha-em-maputo-saude-educacao-formacao-mocambique/>

Ano: 2015.

2° Edital: projetos de pequeno porte – Link:

http://www.brasil.diplo.de/contentblob/4481048/Daten/5283034/infos_projetospequenoporte.pdf

Ano : 2015.

APÊNDICE B – Links dos editais da Austrália

AUSTRÁLIA

1º Edital – Programa de ajuda direta da Embaixada da Austrália no Brasil.
http://feapaesp.org.br/material_download/255_DAP%202015-2016%20%20Information%20UPDATED.pdf

Ano: 2015.

2º PAD – Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau. Link:
<http://portugal.embassy.gov.au/lbonportuguese/DAP.html>

Ano: 2015.

APÊNDICE C – Links dos editais do Brasil

BRASIL

1° Edital: Apoio a Programas e Projetos de Extensão

http://ww4.ufrpe.br/prae/images/2014_02_12_-_NOTA_para_EDITAL_MEC_PROEXT_2015.pdf

Ano: 2015.

2° Edital: Apoio a projetos de desenvolvimento rural e sustentável – link:

https://sistemas.es.gov.br/seag/funsaf/1%C2%BA_EDITAL_FUNSAF.pdf

Ano: 2015.

APÊNDICE D – Links dos editais do Canadá

CANADÁ

1° Edital: Fundo Canadá de Apoio a Iniciativas Locais. Link:
http://www.canadainternational.gc.ca/zimbabwe/development-developpement/CFLI_FCIL.aspx?lang=fra&_ga=1.245255111.332494496.1478715779

Ano: 2014.

2° Edital: Fundo Canada Iniciativas Locais. Link:
http://www.canadainternational.gc.ca/ethiopia-ethiopie/development-developpement/CFLI-2014-15.aspx?lang=fr&_ga=1.7204464.332494496.1478715779

Ano: 2014

APÊNDICE E – Links dos editais dos Estados Unidos

ESTADOS UNIDOS

1º Edital financia grupos de base na América Latina e Caribe. Link: <http://portugues.iaf.gov/convite-de-propostas/convite-para-apresenta-o-de-propostas-3853>

Ano: 2014. – Financiamento de Fluxo contínuo.

2º Foundations of Excellence: Building Broader Communities through Community Foundations Learning Year. Link: <http://www.iaf.gov/our-work/where-we-work/country-portfolios/regional-initiatives/2015-cfleads>

Ano: 2015.

APÊNDICE F – Links dos editais do Japão

JAPÃO

1º Edital: Projetos comunitários e de segurança humana no Brasil. Link: http://www.br.emb-japan.go.jp/apc/sobre_apc.html

Link formulário: http://www.br.emb-japan.go.jp/apc/apc_form.pdf

Link sobre a descrição do programa: https://prosas.com.br/editais/51-assistencia-a-projetos-comunitarios-e-seguranca-humana-apc-do-governo-japones#/tab_vermais_descricao

2º Edital: Projetos comunitários.

Link: http://www.curitiba.br.emb-japan.go.jp/apoio_p.html

Fluxo de financiamento contínuo.

APÊNDICE G – Links dos editais do Reino Unido

REINO UNIDO

1º Fundo para Desenvolvimento Humano na Tanzânia. Link: <https://www.gov.uk/international-development-funding/human-development-innovation-fund-of-tanzania>

Ano: 2014.

2º Financiamento para Infraestrutura da comunidade.

Link: <https://www.gov.uk/international-development-funding/community-led-infrastructure-finance-facility>

Ano: 2014.

APÊNDICE H – Links dos editais da União Europeia

UNIÃO EUROPEIA

1º Edital exclusivo para Organizações da Sociedade Civil.

Link dos documentos necessários para a candidatura:
<https://webgate.ec.europa.eu/europeaid/online-services/index.cfm?do=publi.welcome&nbPubliList=15&orderby=upd&orderbyad=Desc&searchtype=RS&aofr=150217>

Ano: 2015.

2º Edital de apoio financeiro a projetos de Estados e Municípios. Link:
<http://www.dialogosfederativos.gov.br/wpcontent/uploads/Orienta%C3%A7%C3%B5es-destinadas-aos-Requerentes-2013.pdf>

Ano: 2013.